



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

14ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
10ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA

OBJETIVO: Audiência Pública para o Tribunal de Contas
realizar Painel de Referência: Planejamento da Auditoria
Operacional sobre Educação Inclusiva no Estado.

EM: 24.06.2022

INÍCIO: 09h37min

PRESIDENTE: SR. CIRONE DEIRÓ

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Senhoras
e senhores, bom dia. A Assembleia Legislativa, atendendo a
Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual
Cirone Deiró, após aprovação em plenário, realiza Audiência
Pública para o Tribunal de Contas realizar Painel de
Referência: Matriz de Planejamento da Auditoria Operacional
sobre a Educação Inclusiva no Estado de Rondônia.

Agradecemos, desde já, a todos que nos acompanham por meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa no Facebook, no Youtube, pela Rádio Assembleia e pela TV Assembleia, canal 7.2.

Neste momento, convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública, o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Cirone Deiró, proponente desta Audiência.

Excelentíssimo Senhor Conselheiro Paulo Curi Neto, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Excelentíssima Senhora Yvonete Fontinelle de Melo, Procuradora-Geral, representando o Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia – MPC/RO.

Convidamos ainda o Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça Julian Farago, Promotoria de Educação do Ministério Público do Estado de Rondônia.

Excelentíssima Senhora Promotora Joice Gushy Mota, Promotora de Defesa da Pessoa com Deficiência.

Convidamos também a Excelentíssima Senhora Gláucia Negreiros, Secretária Municipal de Educação do Município de Porto Velho, neste ato, representando a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME.

Convidamos o Doutor Péterson Henrique Nascimento Lima, Presidente da Comissão Especial de Defesa das Pessoas com Deficiência da OAB/RO.

Neste momento, Sua Excelência, o Deputado Estadual Cirone Deiró, procederá à abertura desta solenidade.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Bom dia a todos. Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense,

declaro aberta esta Audiência Pública para o Tribunal de Contas realizar o Painel de Referência: Matriz de Planejamento da Auditoria Operacional sobre a Educação Inclusiva no Estado de Rondônia.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Convido todos os presentes para que, em pé e em posição de respeito, cantemos o Hino "Céus de Rondônia". (Letra de Joaquim de Araújo Lima e Música do Doutor José de Mello e Silva).

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Podeis assentar. Gostaríamos de agradecer a presença nesta Casa de Leis, das autoridades aqui presentes: Excelentíssima Senhora Defensora Pública Maríllya Gondim Reis, representando a 15ª Defensoria Pública de Proteção da Infância e Juventude. Ela fará uso da palavra virtualmente, nesta manhã.

Agradecemos ainda, a Senhora Jeieli Lindiene da Silva Oliveira, Diretora Pedagógica da AMA/RO – Associação de Pais e Amigos dos Autistas de Rondônia; Senhora Klivia Meireles, Presidente do Instituto Cuidar e Desenvolver; Excelentíssimo Senhor Clemente da Silva Júnior, Advogado da Associação de Pais e Amigos do Autista de Rondônia; Senhora Zaina Sabina da Costa, membro do Conselho Gestor Movimento "Mães Coragem Indesistíveis", de Porto Velho.

Agradecemos ainda, a Senhora Regina Célia Nareci Baijo, Presidente da Câmara de Educação Profissional Superior do Conselho Estadual de Educação - CEE/RO; Excelentíssima Senhora Advogada Doutora Maiara Ximenes, Presidente da Comissão de Direitos Sociais da OAB/RO.

Agradecemos ainda, a presença das professoras e técnicas da CRE (Coordenadoria Regional de Ensino) Porto Velho, Senhora Erica Cristina Diniz, Senhora Vera Regina Santana, representantes da Coordenadoria Regional de Educação de Porto Velho - CRE/SEDUC. Senhora Tércia Marília Brasil, Psicóloga do Grupo Neurokind.

Agradecemos também à Senhora Kétila Batista da Silva, chefe de Apoio à Educação Especial da SEMED-Porto Velho; Senhor Adelson Valter Correia, Secretário de Educação do município de Theobroma; Excelentíssimo Senhor Defensor Público, Doutor Eduardo Guimarães Borges, Chefe de Núcleo de Direitos Humanos e Tutela Coletiva da Defensoria Pública.

Agradecemos também o Cabo PM Batista, do 1º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Rondônia, em Porto Velho. Senhora Juliana Pereira Volpi, representando a ASDEVRON - Associação dos Deficientes Visuais de Rondônia; Senhora Vanessa Pires Valente, Coordenadora da equipe de auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia; Senhor Vagner Honorato, Coordenador Adjunto da equipe de auditoria do Tribunal de Contas de Rondônia - TCE; Senhora Maria Gleidivana de Albuquerque, membro da equipe de auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia; Senhor Marcos César, Secretário-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Agradecemos também o Senhor Bruno Botelho Piana, Supervisor da equipe de auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia; Senhor Leonardo Machado Monteiro, membro da equipe de auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia; Senhora Gerusa Eva de Souza, representando a Casa Família Rosetta.

Agradecemos também àqueles que nos acompanham ao vivo, àqueles que estão nos gabinetes, sejam todos muito bem-

vindos. E, em nome do gabinete do Deputado Cirone Deiró, desejamos a todos uma boa Audiência Pública.

Neste momento, passamos a palavra ao Deputado Cirone Deiró, para presidir a presente Audiência Pública.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Bom dia a todos aqui presentes. Quero aqui cumprimentar a nossa Mesa. Cumprimentar o amigo Conselheiro Dr. Paulo Curi. O Dr. Paulo Curi tem um papel importante nessas Audiências, tem acolhido essa demanda, junto ao Gaepe (Gabinete de Articulação para Efetividade da Política da Educação). Então, fica aqui a nossa gratidão Dr. Paulo, por estar sempre ladeando junto conosco nesta pauta de suma importância.

Dra. Yvonete, Procuradora-Geral, representando aqui o Ministério Público de Contas. Seja bem-vinda Dra. Yvonete, que nós possamos, juntos, batalhar em prol da sociedade rondoniense, da educação inclusiva. Promotor de Justiça, Dr. Julian, que está sempre presente conosco. Obrigado Dr. Julian, por estar conosco aqui, em defesa da sociedade rondoniense. Promotora Dra. Joice, compondo a Mesa conosco. Obrigado pela sua presença.

Secretária Gláucia Negreiros. Obrigado pela presença, Secretária Gláucia, está sempre atenta às demandas da educação aqui no município de Porto Velho, e não poderia ser diferente com essa pauta tão importante. Dr. Péterson Henrique, que sempre tem contribuído, representando aqui a Ordem (OAB) e ficamos muito felizes do senhor estar aqui conosco novamente.

Eu quero aqui também agradecer a todos os servidores do Tribunal de Contas, em nome do nosso Secretário Marcos, dizer da nossa alegria de o Tribunal estar compondo, ajudando nessa

auditoria para que a gente possa fazer esse diagnóstico dentro do Estado; possamos ouvir as mães, os profissionais, os estudiosos, os professores. E, realmente, fazer um trabalho que vai ter resultado a quem realmente precisa, que é a sociedade rondoniense.

Quero agradecer a todos os pais, às mães atípicas que estão aqui presentes, aos profissionais; agradecer a presença da Klivia, que esteve no nosso gabinete desde o início de 2019 e trouxe para mim essa pauta e que, mesmo não estando no nosso gabinete, nunca nos deixou de lado. A Dra. Tércia, aqui conosco, tem sempre contribuído em todas as reuniões; a Tenente, que está aqui representando a Polícia Militar; a todos os órgãos representativos, às pessoas aqui na galeria, a nossa gratidão.

Nós vamos fazer um formato diferente nesta Audiência. Geralmente, as autoridades usam a fala e, depois, as pessoas da plateia ou do auditório, falam. Nós, hoje, vamos fazer o inverso. Eu vou fazer uma abertura, só para a gente contextualizar essa Audiência e, aí, o Dr. Paulo Curi Neto, vai falar um pouquinho da importância, de como foi feito o trabalho; e, então, somente eu vou ficar à Mesa, para presidi-la, e os nossos componentes vão se assentar (no auditório) para acompanhar a apresentação daquilo que foi feito – o trabalho. E, logo após, vamos abrir as falas.

Eu acho que o Dr. Paulo vai conduzir, se houver alguma interferência na apresentação. Eu acho que poderia ser assim. Ou faz a apresentação e, depois... Mas, a gente compõe aqui, vou ver a melhor forma possível para, realmente, termos uma Audiência de trabalho, não é? Para que nós possamos esclarecer as dúvidas, aquilo que não está correto, porque quem vivencia isso, no dia a dia, são as mães atípicas, os pais atípicos e os profissionais. Nós estamos aqui para tentar colocar isso em prática. Fazer da melhor forma

possível, para que possamos apresentar um trabalho de relevância para o Governo do Estado, para as Secretarias.

Agradecer, também, a todos os servidores da Assembleia Legislativa, que estão sempre aqui, a Taquigrafia, os nossos profissionais da imprensa, por estarem sempre aqui com a gente, por levarem aos quatro cantos do Estado de Rondônia, às pessoas que não podem estar aqui, disponibilizar para que possam participar conosco e, também, dar as suas opiniões.

Pela importância e relevância desta Audiência Pública, faço uma breve retrospectiva dos caminhos que estamos percorrendo na busca da educação inclusiva para alunos com deficiência. Importante destacar, que nossa primeira Audiência Pública sobre esse tema tão relevante foi realizada no dia 27 de maio de 2019, apenas 4 meses após a nossa posse nesta Casa de Leis. Aquele foi um momento importante para conhecermos as dificuldades das mães e pais que enfrentam, na busca da inclusão escolar de seus filhos com deficiência.

As informações que recebi naquele momento, nortearam o meu trabalho na busca para assegurar os direitos das pessoas com deficiência e de seus familiares. Proposta para a contratação de mediadores pedagógicos e cuidadores foram apresentados ao Poder Executivo. Reuniões foram realizadas em diferentes ocasiões para relatar os problemas que as famílias enfrentam. Além de atuar na defesa pela implantação da educação inclusiva, recebi das mães e pais, sugestões para aprovações de leis específicas e, algumas, até inéditas, como forma de garantir os direitos das mães e de familiares das pessoas com deficiência.

A partir dessas sugestões, aprovei, com o apoio dos meus colegas deputados, a Lei 4.615, de 2019, que institui no Calendário Oficial do Estado a Semana Estadual da Mãe Atípica, a ser realizada, anualmente, na terceira semana do

mês de maio. Importante destacar que essa é uma iniciativa inédita, que busca criar políticas públicas de apoio e acolhimento às mães e familiares que têm responsabilidade de cuidar de seus filhos com deficiência.

Aprovamos, também, a Lei 4.491, de 20 de maio de 2021, que ampliou o prazo de até 5 anos para o laudo médico pericial que atesta o Transtorno Especial do Autista (TEA); e, ainda, da Lei 5.344, de 2022, que reduziu em 50% a carga-horária dos militares e dos bombeiros militares responsáveis por pessoas com deficiência.

Em outra frente, continuei trabalhando para reforçar a pauta da educação inclusiva. Em busca de ajuda, levei o problema enfrentado pelas mães e pais ao Conselheiro e Presidente do Tribunal de Contas Dr. Paulo Curi Neto, que, de pronto, se colocou à disposição para contribuir em busca de soluções. A seu convite, apresentei aos integrantes do Gabinete de Articulação para Efetividade da Política de Educação em Rondônia (Gaepe), as dificuldades dos alunos com deficiência para frequentarem as escolas.

Naquele momento, compreendemos que, além de relatos, depoimentos das mães, era importante conhecer a realidade das escolas e o quadro de profissionais da educação capacitados a atender alunos com deficiência. Diante dessa constatação, solicitei ao Presidente Dr. Paulo Curi Neto, a realização de auditoria operacional no âmbito da educação inclusiva. Solicitação que foi prontamente atendida e acolhida pelo Presidente do TCE-RO, que priorizou nessa ação o plano de trabalho ao Tribunal de Contas, para o ano de 2022.

Esta tem sido a nossa trajetória: um trabalho contínuo, em busca de solucionar os problemas relacionados à educação inclusiva. Estou confiante de que hoje estamos dando um passo

importante para a construção da política educacional inclusiva em Rondônia.

No último mês de março, quando realizamos Audiência Pública preparatória para a auditoria operacional, recordo que naquela ocasião Flaviana Tertuliana, mãe de dois jovens com deficiência e uma pioneira na defesa da inclusão, disse na tribuna desta Casa: "Falar sobre a inclusão das pessoas com deficiência, especialmente da inclusão na educação, é um assunto que não se esgota. Quanto mais se fala, mais se tem a falar; quanto mais supera, mais tem que superar. A vida das pessoas com deficiência é assim. Quando não se tem acesso ou oportunidade, elas continuam excluídas das políticas públicas, continuam invisíveis para a sociedade e para o Poder Público".

Desde março, os auditores do Tribunal de Contas trabalham no planejamento da auditoria operacional. Tenho conhecimento que já foram ouvidos especialistas, pesquisadores, mães e familiares. Durante recente reunião com o Presidente Dr. Paulo Curi, falei da importância das mães, pais, profissionais que atuam na área e os Poderes, conhecerem o trabalho que está sendo realizado com muito esmero pelos auditores do Tribunal de Contas. Agradeço mais uma vez ao Conselheiro e Presidente pelo seu compromisso e sensibilidade com essa pauta que tem se revelado tão necessária e urgente.

Hoje, realizamos a 3ª Audiência Pública sobre educação inclusiva. E compartilho do mesmo sentimento da Flaviana e de tantas outras mães. Falar sobre inclusão das pessoas com deficiência é um tema que não se esgota, porque precisamos sensibilizar a sociedade e o Poder Público sobre as necessidades e os desafios que as pessoas com deficiência enfrentam diariamente. Confesso que a cada encontro, a cada reunião com as mães e pais, constato o quanto somos devedores

de políticas públicas inclusivas para as pessoas com deficiência.

Essa conclusão tem me trazido senso de urgência em relação às reivindicações das pessoas com deficiência. Trabalho que outras pessoas, especialmente os gestores, também sejam tomados por esse senso de urgência para a causa das pessoas com deficiência. Assim, podemos juntos buscar soluções para dar respostas às reivindicações de mães e familiares e assegurar os direitos em todos os espaços do Poder Público e da vida em comunidade para as pessoas com deficiência.

Ainda não alcançamos o topo da nossa jornada, mas novos e valorosos parceiros se uniram a nós. Aqui registro especialmente o trabalho que o Tribunal de Contas está realizando. Essa já é uma grande conquista para a causa da inclusão das pessoas com deficiência.

Meus agradecimentos ao Presidente Dr. Paulo Curi; ao Auditor Bruno Piana, supervisor da equipe de trabalho e auditoria operacional; Auditora Vanessa Valente, coordenadora; e aos Auditores Leonardo Machado Monteiro e Maria de Albuquerque. Minha gratidão a todos pela dedicação e compromisso com as vidas que serão impactadas com o trabalho de vocês. Meu muito obrigado.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, Dr. Paulo Curi fará aqui um preâmbulo, uma fala, e então nós vamos iniciar os nossos trabalhos.

O SR. PAULO CURI NETO - Obrigado, deputado. Bom dia a todos os presentes. Eu quero ser realmente breve nessa minha intervenção. Eu quero invocar a saudação já feita pelo Cerimonial e pelo deputado aos integrantes da Mesa e a todas

as pessoas presentes, para só ratificar essa saudação, até para ganharmos tempo e agilizarmos. Mas, eu não posso deixar de destacar a postura muito comprometida do Deputado Cirone com esse tema.

O Tribunal de Contas, como todos sabem – acredito que muitos saibam –, incluiu no seu planejamento estratégico a priorização da educação, mas nós não tínhamos ainda definido essa questão da educação inclusiva como uma ação específica para executarmos. Como os senhores bem sabem, existe uma enormidade de problemas na Educação. Nós elegemos, inicialmente, enfrentar as questões relacionadas à educação infantil e alfabetização. Não tínhamos ainda pensado, por limitação de recursos, na educação inclusiva. Então, foi extremamente importante e decisiva, sem a qual nós não estaríamos aqui reunidos para discutir essa questão tão vital, a provocação, o ofício encaminhado pelo Deputado Cirone, pedindo essa auditoria, que nós estamos executando nesse momento. Parabéns por isso, Deputado Cirone.

Eu também quero destacar uma pessoa que está aqui nesta plateia, que é a Dra. Tércia Brasil, que fez uma intervenção brilhante naquela Audiência Pública e desde então, nós não paramos de incomodá-la – não é, Vanessa? –, ouvindo-a sucessivamente, recolhendo o conhecimento e as luzes dela para direcionar a nossa auditoria, para que a gente consiga entregar ao cidadão rondoniense um trabalho com o máximo de qualidade. Inclusive, depois disso, ela ainda foi ouvida na última reunião do Gaepe, fez outra intervenção muito qualificada. Eu imagino, Dra. Tércia, já fazendo um apelo aqui, expresso, que a senhora continue à disposição da nossa equipe para que a gente consiga fazer o melhor possível para o cidadão rondoniense.

Bom, quero fazer apenas alguns registros. Primeiro, é o seguinte. Eu sei que essa questão e a própria Audiência

Pública que foi muito bem sucedida, diga-se de passagem, realizada lá em março, ela criou uma imensa e justa expectativa em relação às entregas que nós vamos fazer. Já passaram, acho, que por volta de três meses, e desde então essa equipe de auditoria, que eu cumprimento pelo trabalho que vem executando até aqui, ela não parou. Ela se dedicou diuturnamente a essa questão.

E a fase do planejamento e é esta fase que se encerra neste momento, com eventuais contribuições que vão aparecer aqui nessa Audiência Pública, valiosas contribuições, eu imagino, ela é uma fase que vai definir o escopo da auditoria, os objetivos que a gente quer atingir com a realização dessa fiscalização.

Por isso que ela precisa ser extremamente bem executada. E o que será apresentado a todos os presentes para contribuições é exatamente o planejamento que foi elaborado por essa equipe técnica da auditoria, que será executada, terá continuidade na sequência. A nossa expectativa é até o último trimestre desse ano compartilhar, deputado, quem sabe em nova Audiência Pública - eu acho que seria muito bem-vinda, se o senhor pudesse acolher essa demanda -, eu imagino que fará isso com muita tranquilidade. Se nós pudéssemos entregar o resultado dessa auditoria em nova Audiência Pública e aí, sim, nós teremos todas as diretrizes, o diagnóstico aprofundado do Tribunal de Contas sobre os problemas.

A gente já tem muitos elementos que indicam esses problemas, a Audiência Pública revelou isso. As escutas que foram feitas: especialistas, gestores, pessoal que conhece com profundidade esse assunto, inclusive, o pessoal se louvou de auditoria realizada no Estado de Goiás, pelo Tribunal de Contas, acho que dos municípios de Goiás ou do Estado, eu

não estou certo. Então, foi um referencial também importante para nós.

Na semana que vem a equipe vai para o Estado do Acre visitar lá uma boa prática. Tem uma escola lá que ganhou um prêmio nacional, então, a gente quer conhecer essa boa prática. Porque, depois do diagnóstico, feito o diagnóstico, nós também queremos sinalizar para a administração estadual e municipal, boas práticas para melhorar essa entrega.

Mas, eu preciso finalizar essa minha intervenção para também alertar todos os presentes do seguinte: qualquer política pública no Brasil e talvez, em particular na educação, os senhores bem sabem, que a quantidade de problemas é monumental. Provavelmente, na educação inclusiva nós tenhamos que concluir que as dificuldades são ainda maiores. Eu acho que é, inclusive, o cotidiano das mães que têm filhos portadores de necessidades especiais.

Nós, infelizmente, com essa atuação, nós não conseguiremos enfrentar todas as situações-problema relacionados à educação inclusiva. É uma questão que vai exigir o enfrentamento como a gente descasca uma cebola, por camadas, em ondas. Agora, nessa auditoria a gente acredita que o planejamento pôde identificar as situações mais agudas, mais graves que, se forem equacionadas, já vão melhorar muito a entrega que a administração pública vai fazer a essas crianças, dependentes da educação inclusiva.

Mas, nós precisamos fazer novas entregas, novas verificações, além de um monitoramento, de uma mobilização que precisa ser preservada, deputado. Então, a sua presença aqui é muito importante para isso, porque eu não tenho dúvida, nós já temos indicação de que há debilidades na gestão pública estadual e municipal relacionadas à educação inclusiva. Salvo engano, a Seduc tem apenas quatro pessoas

para cuidar desse assunto, lá no Núcleo Central da Secretaria. Me parece, a princípio, que é um grupo bastante diminuto.

A gente teve notícia aqui na Audiência Pública que não existe o cargo de cuidador, de mediador, até onde eu sei. Mediador. Cuidador existe. Então, o de mediador não existe. A evidência foi colhida na Audiência Pública, de que é vital, que exista essa função na administração pública para garantir a aprendizagem dessas crianças, desses jovens e para que elas tenham autonomia. Isso vai depender do concurso, não apenas do Tribunal de Contas ou mesmo da administração. A Assembleia Legislativa precisa ser envolvida, porque deve ser encaminhado um Projeto de Lei, devem ser assegurados os recursos orçamentários e financeiros para isso, enfim. Então, é vital que nós continuemos mobilizados, engajados por um período bastante longo para gerar os resultados que a gente quer gerar e cumprir rigorosamente a legislação e atender bem todas as pessoas que merecem esse atendimento no Estado de Rondônia.

Então, são essas as nossas considerações. Na sequência, deputado, eu penso que o ideal é que a gente parta, como o senhor já adiantou, para essa apresentação dos nossos auditores. Eu mesmo quero receber essa apresentação lá da plateia, porque eu quero também acompanhar e, eventualmente, fazer, formular contribuições como todas as demais pessoas e aí, sim, o debate acho que pode se instalar. Muito obrigado, deputado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Dr. Paulo. Sempre muito coerente nas palavras e eu acho que a nossa missão é essa de, passo a passo, começar, iniciar esse degrau da escada.

Eu, então, convido os senhores para aqueles que se sentirem melhor, quiserem ir para a plateia, os que quiserem ficar aqui à Mesa, sem problemas.

Eu quero convidar a senhora Heluizia Lara. Heluizia é representante da Seduc e Chefe de Núcleo da Educação Especial da Seduc. Está conosco aqui no auditório?

A SRA. HELUIZIA PATRICIA LARA MUNDIM - Deputado, já estou aqui.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Cadê você? Ah, está ali. Seja bem-vinda, Heluizia.

A SRA. HELUIZIA PATRICIA LARA MUNDIM - Muito obrigada. Bom dia a todos e que tenhamos um dia, uma manhã produtiva.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Muito obrigado pela sua presença. Heluizia que está engajada na causa da educação inclusiva no Estado. É do Núcleo da Educação Especial da Seduc.

Estive recentemente na Seduc, Heluizia foi à Curitiba ver como funciona, o que o Estado do Paraná tem feito pela educação especial no Estado do Paraná, e tem trazido algumas novidades aqui para o nosso Estado. Então, obrigado Heluizia pela sua participação. Leve a nossa gratidão à Secretária Ana Pacini.

Eu quero, antes de começar a apresentação aqui pelo Tribunal de Contas, nós temos algumas participações on-line que eu gostaria de destacar aqui: Dr. Flávio Henrique de

Melo, Juiz de Direito da 3ª Entrância e Membro da Comissão de Acessibilidade do Tribunal de Justiça de Rondônia. Seja bem-vindo, Dr. Flávio. Professora Ana Rubia Menezes, Líder do Grupo de Mães Atípicas do Município de Cacoal. Obrigado pela presença.

A senhora Flaviana Tertuliana, do Grupo de Mães Coragem - até citei aqui uma fala da Flaviana. Obrigado pela presença. A senhora Vanessa Pires, Coordenadora da Equipe de Auditoria do Tribunal de Contas - TCE/RO. Obrigado, Dona Vanessa. Senhor Clemente Júnior, advogado da Associação de Pais. Klivia está aqui presente, já citei. E Jeieli Oliveira, Diretora Pedagógica da AMA, está aqui presente. E a senhora Maríllya Gondim Reis, representando a 15ª Defensoria, que já foi citada aqui por nós também.

Então, eu passo a palavra ao Secretário-Geral Marcos; à equipe do Tribunal de Contas, para conduzir os trabalhos.

A SRA. VANESSA PIRES VALENTE - Bom dia a todos. Eu vou pedir para que a apresentação seja exposta, por favor, que eu deixei com o Cerimonial. Eu queria pedir a gentileza, para expor a apresentação. Perfeito, muito obrigada.

(Apresentação de slides)

Primeiramente, eu vou me valer das considerações feitas pelo senhor Deputado Cirone Deiró e pelo nosso Presidente Paulo Curi, para que a gente seja o mais objetivo possível, para atingir o ponto principal da Audiência.

Pode passar para o próximo slide, por favor. Aí nós temos um resumo do roteiro que vai ser seguido aqui, para apresentar a vocês o trabalho da Auditoria do Tribunal de Contas. Próximo, por favor.

Bom, primeiramente, eu queria enfatizar que eu estou representando a equipe, mas o trabalho que está sendo aqui apresentado foi feito a oito mãos. Por mim, por mais dois auditores e pelo nosso supervisor, que já foram bem destacados aqui anteriormente. E por que nós convidamos vocês para estarem aqui presentes hoje? O objetivo é acolher críticas e sugestões para que a gente aprimore o nosso planejamento, que é a primeira etapa da auditoria. Então, hoje, a gente está marcando o encerramento dessa etapa. Pode passar, por favor.

Bom, nessa parte eu vou passar mais rapidamente, depois se os senhores quiserem, nós podemos disponibilizar a apresentação. É apenas para exposição da legislação, da base legal que nós temos para atuar. Temos previsão na Constituição Federal; Constituição do Estado; Regimento Interno do Tribunal de Contas e a Resolução que trata especificamente da auditoria operacional no âmbito do Tribunal de Contas de Rondônia. Próximo, por favor.

Então, conforme já enfatizado pelo nosso Presidente em outros eventos, um dos eixos estratégicos do nosso planejamento estratégico do Tribunal de Contas, de 2021 a 2028 é a educação, fato que enfatiza a importância dessa ação que nós estamos realizando. Próximo, por favor.

Então, aqui o nosso objetivo é colocar todos na mesma página, afinal de contas o que é uma auditoria operacional? De acordo com normas internacionais, que foram internalizadas no Brasil pelas NBASPs (Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público), uma auditoria operacional é um exame independente, objetivo e confiável que analisa empreendimentos, programas, atividades e organizações, como elas estão funcionando, se elas estão atuando de acordo com os princípios dos "Es" – que nós conhecemos: economicidade, eficiência, eficácia e efetividade – e se há espaço para

aperfeiçoamento. Esse é o ponto que nós queremos chegar ao final desse trabalho.

Então, como nós realizamos esse trabalho? O objetivo é responder a questões-chaves de auditoria e apresentar recomendações para o aperfeiçoamento – aqui, no caso, da política pública da educação inclusiva. Próximo slide, por favor.

Bom, dado o escopo amplo da política pública e a complexidade, como nós vamos definir essas questões-chaves de auditoria? A gente obedece a um ciclo. São etapas sequenciais que nós respeitamos para poder realizar o trabalho. Próximo, por favor.

Bom, a primeira fase de uma auditoria operacional é a seleção de temas. Essa fase foi contemplada na Audiência Pública realizada nesta Casa em março, quando o tema da educação inclusiva entrou em pauta, entrou na agenda de um problema público e por intermédio de solicitação desta Casa, nós iniciamos a auditoria operacional na Educação inclusiva. Próximo, por favor.

Como consequência, foi designada uma equipe de auditoria para iniciar os trabalhos a partir do dia 1º de abril e hoje nós marcamos o encerramento da fase de planejamento, que é uma fase crucial em um processo de auditoria. Próximo, por favor.

De novo, como o Presidente falou, para nós alinharmos expectativas. Em um trabalho de auditoria nós temos como limitações de trabalho o tempo – que uma auditoria operacional é realizada em um prazo aproximado de 6 meses, podendo ser estendido por mais 1 mês –, a complexidade do tema – como todos aqui presentes bem sabem –, e a abrangência do tema, pois os problemas são incontáveis.

Então, como que nós fazemos para realizar esse trabalho, dadas essas limitações? A gente tem que limitar o escopo de auditoria, e isso nós fazemos através de técnicas e auditoria. Ao final do trabalho, nós podemos propor, além de recomendações e determinações visando a melhoria da política pública, outras auditorias sequenciais à essa inicial, que visem a continuidade do aperfeiçoamento da política. Próximo, por favor.

O escopo do trabalho – que ainda pode ser aprimorado ou afunilado, a depender da execução –, seria avaliar a política de Educação inclusiva no Estado de Rondônia a partir de 2019 e aqui, no âmbito do Poder Executivo, do Governo do Estado. Então, nós visamos avaliar se a política está implementada de forma eficiente, eficaz e efetiva; que é o que todos desejam, principalmente, as mães dos alunos com necessidades especiais. Próximo, por favor.

Para realizar esse trabalho, essa limitação de escopo – nós somos especialistas em auditoria, e não no tema da educação inclusiva –, então, essa ação, eu gostaria de enfatizar que é uma ação horizontal, é um planejamento participativo. Como o nosso Secretário gosta de enfatizar, nós somos especialistas em auditorias e precisamos nos valer dos especialistas no tema para que a gente possa avançar da melhor forma possível.

Então, para atingir esse objetivo, nós realizamos estudos preliminares – que a Audiência Pública, realizada aqui em março, nos forneceu bastante insumos sobre o tema. Nós estudamos os materiais disponibilizados naquela ocasião, realizamos pesquisas adicionais, realizamos uma pesquisa sobre a legislação e também, estudamos uma auditoria, que já foi realizada na Educação inclusiva no Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Próximo, por favor.

Para coletar os dados que nós utilizamos nessa fase de planejamento, os dados preliminares, nós enviamos ofícios à Seduc, à Seas e à Sesau. Próximo, por favor.

Continuando, para aprimorar a nossa visão e o nosso conhecimento do tema, nós nos valemos de entrevistas com grupos focais, como a senhora Tércia Marília – que está aqui presente –; a Dra. Flávia Albaine; o grupo de mães e alunos; entrevistas com a Seduc e com o Instituto Rodrigo Mendes – IRM – que também é referência no tema –, todos presentes na Audiência realizada nesta Casa em março. Próximo, por favor.

Ainda, em termos de coletas de dados, nós realizamos uma visita ao Grupo Neurokind para verificar as intervenções realizadas nas crianças com necessidades especiais. Visitamos, aqui no município de Porto Velho, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Antonio Ferreira da Silva – que apresentava boas práticas na inclusão dos alunos com deficiências. E como o Presidente bem ressaltou, estamos indo agora, nessa próxima semana, ao Acre, para verificação de boas práticas naquele Estado. Próximo, por favor.

E ainda na metodologia, como vocês podem ver, são amplas as ferramentas que nós utilizamos aqui no diagnóstico. Nós nos valemos da Análise dos *Stakeholders* – que determina quem são os interessados nessa política – e através desse mapeamento, nós conseguimos saber quem nós precisamos escutar nos trabalhos de auditoria.

Elaboramos uma Árvore de Problema, que auxilia na identificação desse problema, as suas causas e consequências. Em seguida, realizamos uma análise *SWOT*. Essa análise, para quem não conhece, verifica os pontos positivos e negativos de um objeto, e nós aplicamos para a política de educação inclusiva. Esse diagnóstico foi realizado com a participação de atores da sociedade e especialistas. Nós

realizamos uma dinâmica para que eles construíssem conosco essa ferramenta.

A partir dessa ferramenta, nós realizamos uma análise de risco, justamente para saber onde nós precisávamos focar para iniciar, qual seria o escopo dessa primeira auditoria.

Então, esse diagrama de verificação de risco faz a classificação dos riscos decorrentes dos pontos negativos, dos pontos fracos. Esse diagrama de verificação de riscos classifica os riscos decorrentes das ameaças e das fraquezas da política. Próximo, por favor.

Bom, aqui nessa etapa – eu passei mais rápido as etapas preliminares –, eu peço a atenção de todos, porque aqui foi como nós chegamos nas questões de auditoria. Nós realizamos esse trabalho de diagnóstico. Eu queria apresentar aqui para vocês. Mesmo que não esteja visível toda a apresentação, nós vamos disponibilizá-la para vocês novamente. Mas, antes de mais nada, eu gostaria de enfatizar que a equipe se debruçou sobre diversos materiais, e o que a gente já verificou até aqui é que, provavelmente, a política de educação inclusiva nem está institucionalizada.

Nós sabemos que os diversos problemas trazidos aqui na outra Audiência, no nosso entendimento, são consequência da inexistência de uma política de educação inclusiva, que ela atualmente é embrionária, se ela já se encontrar nessa fase. Talvez ela ainda nem seja embrionária no âmbito do Estado.

Então, isso posto, vamos à apresentação das ferramentas que nós analisamos. Por favor, próximo.

Eu não sei se todos conseguem visualizar. Então, eu vou pedir licença para ler, ponto a ponto, as fraquezas que nós identificamos na política de educação inclusiva do Estado.

Essas fraquezas foram categorizadas de forma a facilitar a análise.

Em termos de legislação, nós verificamos que existe uma indefinição normativa quanto ao papel a ser assumido na Seduc para oferecer a educação inclusiva de resultados. Em termos de estrutura interna e procedimentos da política, verificamos que inexistente um Plano Educacional Individualizado (PEI), elaborado por profissional habilitado, com emprego de protocolo para cada tipo de deficiência.

Outro ponto foi a infraestrutura escolar inadequada, por falta de acessibilidade e escassez ou insuficiência de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), dentre outros.

Inadequação e insuficiência de materiais didático-pedagógicos e equipamentos a serem utilizados pelos profissionais no ensino e desenvolvimento das capacidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Também verificamos uma sistemática de controle interno desaparelhada para avaliar e medir o alcance de metas e obtenções de resultados em educação inclusiva.

Em termos de recursos humanos, materiais e financeiros, nós verificamos dificuldades relacionadas aos profissionais atuantes na política, como a falta de formação dos professores no ensino regular para lidarem com a educação especial na perspectiva inclusiva; falta de capacitação dos gestores escolares para também lidarem com essa situação; falta de uma equipe multidisciplinar – psicólogos; fonoaudiólogos; cuidadores e mediadores pedagógicos que atuem na escola, no atendimento às crianças com deficiências; e uma elevada rotatividade de pessoal nas escolas, o que prejudica obviamente a política.

Também, por último, em relação a esse tópico, falta de incentivo financeiro vinculado à obtenção de resultados exitosos pelos alunos, a serem concedidos aos profissionais que atuam na educação especial. E também, um recurso financeiro insuficiente para atender especificamente a demanda atual por educação especial na perspectiva inclusiva.

Aqui eu queria abrir um parêntese: na escola que nós visitamos, a Escola Municipal Antonio Ferreira, nos foi relatado pela diretora, assim como por outros dirigentes em reunião do Gaepe, por exemplo, que as escolas que conseguem realizar boas práticas na educação inclusiva, não são mais capazes de receber outros alunos na educação inclusiva por falta de recursos, por falta de pessoal capacitado para atender essa demanda.

Por último, os demais pontos relacionados à fraqueza, nós verificamos uma ausência de censo, em informações sobre os quantitativos de crianças deficientes no Estado de Rondônia. O censo realizado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), em 2021, apenas indica as crianças matriculadas, mas não sabemos as crianças que não estão matriculadas. Então, inexistente essa informação no âmbito do Estado. E com isso, obviamente, dificulta a elaboração de uma política sobre o tema.

Número de vagas insuficientes nas escolas, o que acarreta negativa de matrícula para os alunos com deficiência; insuficiência de ações de conscientização acerca da educação inclusiva, o que acarreta em barreiras atitudinais nos profissionais da educação, saúde e assistência social. E falhas na governança intersetorialidade entre Seduc, Seas e Sesau, em parceria com a família dos alunos com necessidades educacionais especiais porque, como todos bem sabem, a educação inclusiva

não é exclusiva, não perpassa somente pela Secretaria de Educação, ela depende da Saúde e da Assistência Social. Próximo, por favor.

Só uma observação. As fraquezas são os pontos negativos internos ao Governo do Estado, no âmbito do Executivo. E aqui nós verificamos as ameaças. Ameaças são fatores não controláveis e que são externos ao Governo do Estado, no âmbito do Poder Executivo. Ok? Bom, em termos de legislação, nós temos aquele Decreto Presidencial nº 10.502/2020, que incentiva a prática de separação de salas de aula, mas que está com eficácia suspensa; elevada quantidade e complexidade de leis e normas regulamentadoras em âmbitos federal, estaduais e municipais. Ou seja, número de leis não é o problema e, sim, uma articulação entre elas.

Em termos de estrutura. Ausência, imprecisão ou incorreção de laudos médicos prévios ao ingresso da criança na escola, o que pode gerar tratamento ou uso de medicação incorretas e até aplicação de técnicas inadequadas de ensino.

E os demais itens se relacionam à troca de Governo, agora este ano, o que pode levar a uma descontinuidade da política, se ela não tiver devidamente institucionalizada; uma ausência de políticas de assistência desde a maternidade com laudo e encaminhamento mais adequado à iniciação da criança na vida escolar; barreiras atitudinais da própria sociedade civil, das famílias e dos alunos em relação a educação inclusiva, por falta de conhecimento e conscientização acerca do tema. Eu acho que esse ponto foi um dos pontos mais debatidos e trazidos pelos familiares dos alunos com deficiência. A judicialização de acesso a direitos, o que gera uma demanda reprimida com impactos negativos em outros setores do Governo. Porque, judicializar não resolve o problema. A política tem que estar formalmente institucionalizada.

E, por último: as famílias das pessoas com deficiência que não são beneficiadas por políticas assistenciais por não estarem incluídas no Cadastro Único. Nós verificamos aqui que esse seria um dos filtros para o recebimento de políticas assistenciais no âmbito da Seas. Próximo, por favor.

Considerando os pontos negativos anteriormente levantados, nós fizemos uma análise de quais riscos para a política, decorriam de cada uma daquelas fraquezas e daquelas ameaças e os classificamos em termos de probabilidade, de ocorrência e impacto. Como vocês bem podem imaginar, infelizmente, a maioria daquelas fraquezas e ameaças foram classificadas em alto/alto, ou seja, probabilidade alta, impacto alto.

Eu vou ler, porque a letra está muito pequena, mas os riscos associados foram: uma ineficácia da política de educação inclusiva; existência de programas sobrepostos, com outras secretarias estaduais, a exemplo da Seas, que tem o Centro-dia e da Sesau que tem o CER – Centro Especializado de Reabilitação.

Outro risco seria: necessidades de aprendizagem e desenvolvimento de autonomia das crianças, dos alunos com deficiência não são alcançadas; técnicas de ensino aplicadas pelos profissionais de educação que não são eficazes; evasão escolar dos alunos com necessidades especiais; sobrecarga de trabalho para os professores de ensino – isso é importante nós enfatizarmos, porque nós sabemos das demandas das famílias, mas também temos esse relato dos professores, que é importante levar em consideração. Os professores são desestimulados no trabalho, o que, provavelmente, é uma das causas da rotatividade; descontinuidade das políticas de AEE (Atendimento Educacional Especializado).

Outro risco é a política de educação inclusiva deixar de ser mandatória em decorrência, por exemplo, do Decreto, ou não ser mais aplicada na maioria das instituições de ensino do Estado e até mesmo do país. E, por último, a ineficiência da política de educação inclusiva.

Ainda sobre os riscos associados. Não aceitação dos alunos com necessidades especiais pelos familiares de outras crianças, ou seja, barreiras atitudinais; acúmulo de barreiras de aprendizagem da criança com deficiência, devido à demora no início do tratamento, que nós aprendemos durante a auditoria com os especialistas que, infelizmente, essas barreiras se acumulam; uma regressão no aprendizado do aluno com perda das habilidades já adquiridas; os professores com dificuldade em ensinar as crianças com deficiência; sentimentos de exclusão por parte dos alunos com deficiência; desperdício de recursos públicos; geração de demandas reprimidas, ou seja, pessoas com deficiência em casa causando impacto em outros setores do Governo como a Previdência, Saúde, etc.; fomento do preconceito e discriminação da sociedade – mais uma vez as barreiras atitudinais – e alunos com deficiência, não alfabetizados dentro do período/idade adequada.

Bom, considerando a *SWOT* e a *DVR*, que nós apresentamos até aqui e essa classificação de risco e impacto, o nosso trabalho foi resumir as principais questões e de maior impacto, em questões de auditoria. E, conforme eu já enfatizei, não adianta nós seguirmos nessa auditoria para tratarmos das consequências de uma política de educação inclusiva que não está nem institucionalizada.

Então, pelo que nós vimos aqui, a gente teria que começar pelo macro para, depois, ir para o micro, em termos de política. Isso posto, as questões de auditoria propostas pela equipe foram:

Questão 1: se a política da educação inclusiva foi desenhada, implementada...

Ah, me desculpem. Por favor, pode passar para o próximo slide?

Bom, agora sim, vocês estão acompanhando a questão comigo.

Questão 01: A política de educação inclusiva no Estado foi desenhada e implementada adequadamente?

Questão 02: A política da educação inclusiva no Estado é eficaz, garantindo a inclusão e possibilitando a aprendizagem?

Próximo slide, por favor.

Para melhor responder a essas questões, cada uma delas foi dividida em duas subquestões e, aqui, nós vamos apresentar para vocês o que a resposta a essas questões vai nos permitir dizer ao final do relatório. Pelo menos esse é o objetivo da equipe.

Em relação à questão "A política foi desenhada, implementada adequadamente?", a subquestão 1.1 pergunta: A política da educação inclusiva no Estado de Rondônia está institucionalizada adequadamente, tendo seus papéis, objetivos e metas definidos, permitindo a avaliação de resultados?

Bom, o que a resposta dessa subquestão vai nos permitir dizer? Se as competências da Seduc e das demais Secretarias envolvidas na educação inclusiva – Sesau e Seas –, estão claras e formalmente definidas, de maneira que seja possível a identificação das atribuições, responsabilidades, direitos e deveres de cada uma delas.

Aqui, eu só queria enfatizar um ponto. Nós sabemos que os anos iniciais da educação são responsabilidade dos municípios. E, também, como bem enfatizado aqui neste plenário, nesta e na outra Audiência, não existe uma inclusão se você não tem um diagnóstico da criança. E nós sabemos que os municípios, dificilmente possuem capacidade de realizar esse diagnóstico por conta própria. Então, por isso, nós estamos aqui utilizando como escopo o Governo do Estado de Rondônia, no âmbito do Executivo.

Então, continuando, o que a análise vai permitir dizer nessa subquestão? Se existe uma política de educação inclusiva institucionalizada no Estado; se existe um planejamento formalmente definido para a política da educação inclusiva; se a Seduc dispõe de alguma política preventiva objetivando minimizar as judicializações de ações quanto a efetivação dos direitos, relativas à educação inclusiva; se durante a realização do censo escolar, são devidamente informados o quantitativo de alunos deficientes por escola e por tipo de diagnóstico. Isso, nós já sabemos que "sim", mas, qualitativamente, esse é o outro ponto que a gente vai analisar.

Bom, se existem objetivos e metas formalmente definidos para a educação no Estado; se existe algum mecanismo que permita o planejamento, previsão de demandas de matrículas no âmbito do Estado; e, se existem ações voltadas para a conscientização dos profissionais envolvidos na política da educação inclusiva e da sociedade como um todo.

A segunda subquestão, relacionada à questão 01, sobre a implementação da política...

Passa, por favor, para o próximo slide.

Bom, a subquestão 1.2 pergunta se existe intersetorialidade na política da educação inclusiva,

permitindo um alcance maior de beneficiários de forma mais eficiente, eficaz e efetiva. O que que ela vai nos permitir dizer? Se existe intersetorialidade entre as secretarias – Seas, Sesau e Seduc –, na política de educação estadual de educação inclusiva; se as informações sobre as crianças com necessidades especiais são compartilhadas entre as secretarias e as redes municipais de educação; e, se existe sobreposição de esforços da Seduc, da Seas e da Sesau na educação inclusiva. Próximo, por favor.

Igualmente, a questão 2, que trata se a política é eficaz e garante a inclusão e possibilita a aprendizagem dos alunos com deficiência, nós também quebramos em duas subquestões.

A primeira, a 2.1, é se a Seduc dispõe de estrutura física e recursos (financeiros, equipamentos, materiais pedagógicos e humanos) suficientes e apropriados para implementação da política de educação inclusiva. O que a resposta a essa pergunta vai nos permitir dizer: se a Seduc possui essa estrutura física – que já está na pergunta; se existe no âmbito do Governo do Estado, uma equipe multidisciplinar que atue na escola no atendimento às crianças com deficiência; se todos os profissionais da escola recebem capacitação sobre a forma de tratamento a ser dispendido aos alunos com necessidades especiais; se os recursos financeiros são suficientes para o desenvolvimento da educação inclusiva no Estado; se existe plano educacional individualizado para ensino aos alunos com necessidades especiais. Próximo, por favor.

A segunda subquestão, da questão 2, seria se a política da educação inclusiva no Estado funciona desde os anos iniciais de vida do aluno com deficiência, de modo a garantir o máximo desenvolvimento do estudante com deficiência na idade adequada? Então, a resposta a essa pergunta vai nos

permitir dizer se a política é eficaz; se existem ações já implementadas ou em andamento na educação inclusiva do Estado; se existe negativa de matrícula aos alunos com necessidades especiais; se existe política de estimulação precoce realizada no Estado de Rondônia; e se há uma política de assistência iniciada na maternidade com a confecção de laudo médico, objetivando o encaminhamento mais adequado à iniciação da criança na vida escolar. Próximo, por favor.

Então, a todos os presentes, eu queria enfatizar que o cerne da apresentação já foi finalizado, ou seja, aquelas foram as questões que a auditoria pretende responder, com base nas informações que serão solicitadas – pode manter a apresentação, por favor, obrigada –, e nas outras análises que serão realizadas com a equipe.

Nós queríamos enfatizar que aqueles que não foram eventualmente ouvidos na fase de planejamento, o serão na fase de execução. E que a técnica da auditoria – só para deixar claro –, eu imagino que muitos estejam se perguntando “por que vocês querem responder essas perguntas se a gente já sabe a resposta de algumas delas?”. É porque nós precisamos obedecer a técnica de auditoria, colher evidências – que serão realizadas agora nessa próxima fase de execução. Com base nessas evidências nós poderemos, no relatório, propor ao plenário do Tribunal de Contas, recomendações e determinações para aí, sim, atuarmos sobre a política da educação inclusiva no Estado nessa primeira auditoria. Está bom? Próximo, por favor.

Aqui, eu finalizo a minha apresentação. Agradeço a todos pela atenção e abro a palavra para comentários e contribuições, pois foi para isso que nós viemos aqui hoje. Muito obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Dra. Vanessa. Quero aqui dizer que foi feito com muito louvor esse trabalho. Agradecer mais uma vez ao Tribunal de Contas, em nome do Marcos, em nome da senhora, pelo trabalho executado.

Eu tenho aqui algumas pessoas que se inscreveram para falar, mas eu queria, antes dessas pessoas falarem, sobre o tema que foi apresentado, se alguém quer fazer alguma intervenção.

O SR. PÉTERSON HENRIQUE NASCIMENTO LIMA - Deputado, é uma leve intervenção. Bom dia a todos. Queria só deixar registrado aqui, acho que isso é de importância também até pela...

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Senhor, conforme anunciado no início, a gente pede que seja dito o nome, o órgão de onde está falando e a audiodescrição para constar nos Anais da Casa. Obrigado.

O SR. PÉTERSON HENRIQUE NASCIMENTO LIMA - Tranquilo. Tudo bem. Bom, meu nome é Pétersson Lima, sou advogado, estou representando a Ordem, na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Sou uma pessoa branca, estou vestindo um terno cinza, camisa branca, gravata preta. Eu acho que é isso a minha audiodescrição.

Acerca do tema, especificamente, achei muito importante, mas tem uma coisinha que me incomodou um pouquinho sobre a questão da nomenclatura que está sendo utilizada aí no planejamento. Já é pacífico entre a

comunidade jurídica também e de todas as pessoas que lidam com a pauta, de que a nomenclatura dessas pessoas tem que ser "pessoas com deficiência", não "necessidades especiais", não "crianças especiais", não "educação especial". Então, queria deixar isso ressaltado aqui. Eu sei que isso pode ser um detalhe, mas isso é importante.

E eu vou dizer, para mim, como pai – porque eu sou pai de uma pessoa com deficiência –, isso acaba soando um pouco pejorativo. Você chamar a pessoa com necessidades especiais – eu sei que não teve nenhuma intenção de atuar dessa forma –, mas é bom deixar isso ressaltado, até para o momento da apresentação desse relatório final, a gente não ter nenhum tipo de críticas relacionadas a essa questão. É um detalhe que eu queria deixar registrado aqui. Muito obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Dr. Pétersson e essa intervenção que o senhor fez é de suma importância, porque nós, quando eu comecei debater esse tema, realmente a gente não conhece. Então, o senhor trazendo isso à luz, com certeza, os técnicos providenciarão para usar o termo correto sem melindres nenhum. Mais alguém?

Bom, se ninguém quer fazer nenhum apontamento, eu convido para usar a fala a senhora Flávia Albaine. Dra. Flávia Albaine, que é defensora pública e pesquisadora. Pode fazer da bancada, da tribuna, como se sentir à vontade.

A SRA. FLÁVIA ALBAINE FARIAS DA COSTA – Bom dia a todos, a todas e todes. Eu sou uma mulher branca, de cabelos castanhos ondulados, um pouco abaixo do ombro. No momento, eu estou usando óculos transparente na parte de baixo, tartarugado na parte de cima. Uso uma leve maquiagem no

rosto, um batom claro. Estou usando um vestido de manga comprida, de cor bege e um cordão com a letra F.

Bom, primeiramente eu quero parabenizar ao deputado e o grupo de trabalho pelo empenho na educação inclusiva, que realmente é um problema sério aqui no nosso Estado. Não dá mais para fingir que não existe. E a gente sabe que dentre todos os direitos fundamentais, a educação é um direito de suma importância, porque não há transformação social profunda e duradoura, sem educação. Então, ainda mais quando nós estamos falando de um grupo que é um grupo que possui histórico de violência e exclusão sistemático no Brasil e no mundo.

Então, para que essas pessoas consigam atingir a vida adulta com um pouco mais de autonomia, consigam exercer os seus direitos fundamentais – como o direito ao trabalho, por exemplo e outros direitos – é imprescindível que elas tenham acesso à educação. E à educação de qualidade. Não apenas uma educação formal. Não apenas uma integração: que é você colocar a criança na escola, matricula, coloca a criança na escola, ela frequenta a escola. Então, aparentemente, ela está recebendo o direito à educação, mas, na prática, ela não tem o acesso às medidas de acessibilidade para efetivamente, poder adquirir o conteúdo pedagógico que está sendo passado e, posteriormente, se capacitar e utilizar aquele conteúdo para sua vida profissional ou para sua vida adulta.

Então, a nossa preocupação – acredito que a preocupação de todos aqui – é que não haja meramente uma integração, ou seja, a mera matrícula e colocação do aluno na escola, mas que haja uma efetiva inclusão. Nós estamos vivendo, o Brasil está vivendo a transição dessa fase: da integração para a inclusão. Ou seja, não basta mais matricular e frequentar a escola. É necessário que o currículo escolar e eu estou

falando aqui do currículo formal, tanto quanto, o currículo oculto. O currículo oculto são os comportamentos e os valores que a escola passa. É necessário que o currículo escolar contemple essa inclusão, de fato, na eliminação de barreiras educacionais para que essas crianças consigam ter o seu direito ao acesso à educação.

Então, eu quero parabenizar. Depois, eu acredito que vai ser publicizado, gostaria depois de ter acesso aos resultados até como pesquisadora, também muito me interessa ter acesso ao que outros profissionais contribuíram. E deixo também a minha ressalva aqui de se buscar também, como a auditora do Tribunal de Contas, Dra. Vanessa, muito bem falou, nós já temos muitas leis. Falta de leis não é o problema.

O grande problema é a falta de efetividade dessas leis. Porque leis existem, mas elas não são colocadas na prática. Mas, de qualquer sorte, eu deixo aqui também a minha ressalva sobre a importância, que ainda é pouco conhecida, de se trabalhar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e, em especial, o seu artigo 24 que hierarquicamente é superior a todas essas legislações brasileiras e que tem um avanço enorme, traz previsões e avanços enormes na questão da educação inclusiva.

Então, poucos profissionais conhecem a redação desse artigo, se aprofundam sobre a temática desse artigo e esse artigo representou um enorme avanço na educação de crianças e adolescentes com deficiência, a nível mundial e a nível de Brasil.

Então, é preciso também se debruçar sobre os estudos feitos sobre esse dispositivo, porque inclusive, se o Brasil não cumprir o que está nessa Convenção, ele responde perante o Sistema Internacional de Direitos Humanos da ONU

(Organização das Nações Unidas). Então, é uma ressalva que eu também faço: por favor, atenção à redação desse artigo 24, que tem status constitucional. O Comitê de Direito das Pessoas com Deficiência da ONU, acompanha a aplicação dessa Convenção aqui no Brasil e se o Brasil não obedecer pode ser responsabilizado a nível internacional.

Então, é só uma ressalva que eu gostaria de fazer e parabenizar mais uma vez pelos trabalhos e por todos os atores envolvidos nessa luta e em especial, meu abraço carinhoso para as mães e pais de crianças com deficiência. Obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Obrigado, Dra. Flávia. Sempre contribuindo conosco. Precisamos sim, fazer com que aconteça com várias mãos e a contribuição. A Dra. Flávia sempre se colocou à disposição e tem contribuído e nós somos gratos pela sua participação.

Eu gostaria de convidar Maríllya Gondim Reis, representando a 15ª Defensoria da Proteção de Infância e de Juventude, para fazer uso da fala. Dra. Maríllya. Está on-line?

A SRA. MARÍLLYA GONDIM REIS (*Por videoconferência*) - Estou on-line, mas eu não consigo... Estão me ouvindo?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Vê se consegue conectar a Dra. Maríllya. OK?

A SRA. MARÍLLYA GONDIM REIS (*Por videoconferência*) - Bom dia. Queria cumprimentar a todos na pessoa do Deputado, organizador da Audiência em questão. Queria parabenizar minha colega, pela fala tão pertinente e estou aqui na qualidade de Defensora, apresentando de forma sucinta (**ininteligível**)... Proteção da Infância e Juventude e dizer que nesses 11 anos de Defensoria, enxergo evoluções, dentro da perspectiva de inclusão.

A sociedade tem se transformado, tem ajudado para que as instituições, de fato, se transformem para acolher todas as perspectivas de necessidades para a inclusão. Mas, ainda padecemos efetivamente de cumprir as leis e que a gente possa efetivamente, dentro do sistema educacional, poder acolher essas pessoas que realmente precisam de um atendimento especial, o qual nós temos que nos habituar a lidar com as diferenças e torná-los... nos transformar, não é? Aprendermos a lidar com isso e de fato, partir para um programa inclusivo.

Com muita satisfação represento minha colega e me coloco à disposição, para que a gente implemente todas as medidas necessárias. Não tenho filhos neurotípicos, mas acompanho diversos amigos. Tenho muita satisfação que, ainda que caminemos em um período inicial de inclusão do sistema educacional em Porto Velho e em Rondônia, mas temos a oportunidade nesta Audiência Pública, e em outros encontros, de efetivamente trabalharmos em projetos que possam tornar eficientes as leis. Agradeço a oportunidade de participar e de poder congregarmos esses conhecimentos e a gente poder realmente trabalhar em conjunto, para implementar as medidas necessárias para a inclusão.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigada, Dra. Maríllya, pela participação. E sim, vou tornar a repetir: nós vamos precisar fazer isso com a contribuição de todos da nossa sociedade. Muito agradecido pela senhora está participando conosco de forma virtual.

Eu gostaria de convidar a senhora Jeieli, desculpa se a pronúncia não for essa. Jeieli Oliveira, Diretora Pedagógica da AMA - Rondônia. Ela tem uma apresentação. Está no ponto para fazermos aqui e fazer uso da fala.

A SRA. JEIELI LINDIENE DA SILVA OLIVEIRA - Bom dia a todos e a todas. Meu nome é Jeieli Oliveira. Tudo certo. Bom, estou com blazer rosa. A blusa da AMA, com a logo, com o coração colorido, representando o autismo e por trás desse coração, nós temos aqui um menino segurando. Estou com algumas bijuterias e óculos. Sou diretora pedagógica da AMA e estou aqui representando essa instituição de ensino.

Bom, vamos falar de educação especial, porque a AMA é uma instituição especializada. Muitas vezes é confundido educação especial com educação inclusiva. Então, a gente precisa deixar claro porque as políticas nacionais de educação especial, na perspectiva inclusiva, colocam o trabalho dessas duas instituições - regular e especial - como trabalho conjunto, coletivo para que as habilidades e as potencialidades desse público sejam efetivadas.

Então, aqui nós trabalhamos um outro tipo de currículo, paralelo à educação inclusiva, à educação regular de ensino. Enquanto o aluno frequenta a escola regular no contraturno, no outro está lá conosco, trabalhando algumas atividades da vida diária, atividades da vida prática. Passa (o slide) para mim, por favor.

(Apresentação de Slide)

Como eu falei, a educação especial perpassa todos os níveis e modalidades de ensino. Então, nós como Centro Educacional Especializado, nós temos o dever de orientar as redes regulares de ensino, produzir formação e receber esse público (no caso da AMA, os autistas). E como a Política Nacional de Educação Inclusiva deixa bem clara, ela precisa perpassar, então, a educação especial está lá desde a creche até os níveis mais elevados de ensino.

Eu sou pesquisadora também, tive a honra de fazer uma pesquisa – onde conclui em 2020 –, sobre o ensino superior, esse público no ensino superior. E é nítido que a maioria deles não chega, aos níveis mais elevados de ensino. Então, ainda é preciso olhar para esse público e para todas as modalidades e voltar àquilo que a Política Nacional de Educação Especial propõe, para que ela realmente esteja lá. Pode passar.

Hoje a AMA não tem sede própria, é uma instituição sem fins lucrativos. Então, nós trabalhamos também com doações, emendas e temos também convênios de cedências de professores, os quais realizam os trabalhos pedagógicos dentro da Instituição. Lembrando que a Instituição enquanto Instituição especializada, ela não trabalha o currículo da rede regular, ela não alfabetiza, ela não trabalha os conteúdos que existem dentro do currículo regular. Ela trabalha as atividades de autonomia desses alunos. Então, o esperar, o sentar, para que eles estejam preparados para receber aquilo que é mais complexo, mais refinado. Esse trabalho em conjunto, ele precisa acontecer. Pode passar.

Aqui são algumas adaptações, é uma casa alugada que a gente fez. Estou fazendo essa apresentação para vocês porque, como bem disse a fala, nós não tivemos oportunidade de falar

na outra, e agora nós trouxemos a nossa contribuição para compor essas políticas. Próximo.

Aqui, é para vocês conhecerem um pouquinho do que a gente realiza lá, de como é a estrutura física. Pode passar.

E aqui são alguns dos nossos alunos. Não temos autorização de mostrar todos aqui, porém esses são alguns que representam a comunidade autista que a AMA vem atendendo – alguns há 22 anos. Temos público de 4 a 36 anos de idade. Então, nós temos ali, 77 meninos e 13 meninas. Pode passar.

E nós atendemos – como a gente não tem um local específico para atender todos, que acomode a todos –, nós fazemos ali por atendimento: segunda e terça-feira, a gente atende o público de 4 a 9 anos – que geralmente são públicos matriculados na rede de ensino regular de ensino do município ou que ainda estão, infelizmente, sem matrícula. Na quarta-feira também; e quinta e sexta-feira, nós temos ali os nossos adultos, que, em sua maioria, nunca frequentaram uma rede regular de ensino.

E eu abro aqui uma ressalva, que eu fiquei bem atenta às fraquezas apresentadas. Eu peço que olhem para o censo. Porque as instituições especializadas muitas vezes não entram o quantitativo de alunos que estão conosco. Porque, muitos deles não estão na rede regular de ensino. Ou quando acontece da matrícula estar conosco, no paralelo, acontece que na hora de cadastrar esses alunos no censo, a instituição perde esses alunos, pelo fato de bater matrícula com o mesmo atendimento na rede regular de ensino.

Estivemos essa semana, em uma formação do censo, onde podemos também ter voz e dizer sobre essa realidade. Que haja realmente um controle, uma organização interna nas escolas regulares para que não tenha a dupla matrícula, e sim matrículas paralelas, como diz a Lei. Pode passar.

E aí, são os níveis de autismo que a gente trabalha. O único critério que a gente tem é o laudo, porém hoje nós estamos com 90 alunos, e no cadastro reserva já está indo para 200. Todos os dias chegam para nós famílias pedindo orientação, querendo saber o que vai acontecer, como proceder, porque até a fase do diagnóstico já é uma luta, porque nós temos até os 3 anos de idade, uma complexidade dentro do diagnóstico.

Então, é muito importante a gente levar em consideração o quê? Que essa família precisa de um suporte quanto à orientação, aos direitos. Nós temos tantas outras situações que a gente precisa orientar. Às vezes não temos vagas, como eu disse, a nossa instituição é uma instituição sem fins lucrativos. Então, a gente não tem todo o amparo e também, o investimento necessário para que a gente receba essa população lá. Porém, essa família sai orientada a quem buscar, por exemplo, os seus direitos, BPC (Benefício de Prestação Continuada), outros direitos que ali estão inclusos. Pode passar.

Então, antes do aluno entrar, ele passa por uma avaliação diagnóstica. Essa avaliação, gente, como vocês falaram aí na fraqueza, é uma avaliação realizado por uma equipe multidisciplinar. E ela é essencial para fazer o PEI – Plano Educacional Individualizado. Então, não tem como o professor da sala regular elaborar esse PEI, sem antes ter essa avaliação, porque a lei também, em relação ao Plano Educacional Individualizado, é bem clara. Ela precisa de uma equipe multidisciplinar e também, precisa da concordância da família no que vai ser executado. Então, não é produzido sozinho.

Então, aqui a gente faz a avaliação, pergunta para a família como é esse desenvolvimento, porque não adianta os nossos esforços se a família também não faz a operação, não

operacionaliza tudo o que é organizado. Feito isso, o aluno é organizado então nas salas, onde a gente toma todo um cuidado para que esse aluno esteja no mesmo nível de suporte dos demais, porque a gente sabe que no autismo é possível transitar entre os três níveis. Então, ao mesmo tempo em que ele está no nível 1, ele pode estar no nível 3. Então, isso depende muito dos níveis de suporte que são recebidos. Pode passar.

Então, é feito aqui um material, conforme a metodologia que utilizamos. E aqui é a parte pedagógica. Eu enfatizo isso daqui, quando a gente vai às escolas regulares orientar, porque nós temos o cuidado daquele que está matriculado na rede regular e matriculado em nossa instituição, a gente faz a visita nas escolas para orientar os professores de como conduzir a adaptação material, oferecemos formação para a escola. Então, o que a gente orienta? O que deve mudar não é o conteúdo, porém as vias de acesso a esse conteúdo. Então, se ele vai aprender sobre as 4 operações, nós não vamos apresentar o livro didático, nós vamos apresentar de acordo com as habilidades que são necessárias, de acordo com a aplicabilidade, de acordo com a avaliação que também é feita na adaptação material. Pode passar.

Então, aqui nós temos atividades de arte, oficinas de arte. A nossa piscina. Uma casa alugada. Então, ali a gente consegue fazer a estimulação aquática, em que eles têm a melhora do aparelho respiratório; ajuda a relaxar; favorece o desenvolvimento sensorial; fortalece o vínculo; fixar o olhar. Então, é um momento muito desejado por eles. Pode passar.

O nosso refeitório. Oficina de culinária. Uma das maiores preocupações que a gente recebe dos pais, às vezes, nem é o alfabetizar e o letrar, uma das maiores preocupações é com quem eu vou deixar esse filho, porque na maioria das

vezes essas mães são sozinhas. Então, nós trabalhamos as atividades de autonomia para que esse aluno, esse público, possa executar sozinho. Então, o fato de ir ao banheiro, do autocuidado. Pode passar.

Aqui mais um pouquinho da nossa instituição. Psicomotricidade. Então, só para vocês verem que o Centro Educacional Especializado é diferente da rede regular de ensino. Pode passar.

E nós temos também várias parcerias. Inclusive, o Corpo de Bombeiros já está com um Projeto de Cinoterapia, onde nós vamos trabalhar gerenciamento de crise, a partir da presença de cães, o que nos Estados Unidos já são feitos estudos em relação a isso, e estamos tentando trazer dentro da instituição. Pode passar.

Aqui, nós temos o Núcleo de Assistência Social também, onde faz o acolhimento familiar. É onde recebe toda a orientação. Nós temos públicos lá de diversas classes sociais, porém, todas elas têm o direito a lazer, saúde, trabalho, educação, então a gente realiza ali de forma conjunta. A AMA foi criada por pais e hoje é mantida também por pais, por mães. A assistência social fazendo acolhimento. Pode passar.

A carteirinha, municipal, que foi uma conquista. O fato de estarmos aqui, hoje, é um momento de vibrarmos. E cada conquista que temos dentro da educação especial é um motivo de vibrarmos. Porque a gente sabe que a luta da educação é uma história de luta e na educação especial – como bem já disseram –, é uma história de muita luta ainda. Pode passar.

Fazemos dias comemorativos. Inclusive, atendendo a questão da figura da mãe, da mulher. E o dia 02 de abril, onde fizemos uma conscientização em relação ao autista, em todos os lugares. Dentro da instituição, gente, nós

trabalhamos o barulho, nós trabalhamos a questão do sensorial. Porque nós sabemos que esse autista estará em restaurantes, em audiências como esta, então, ele precisa também ter essas habilidades desenvolvidas.

Então, a instituição de educação especial é muito importante. Por isso, além do censo, que eu peço para que olhem com muito cuidado, olhem também para a questão da palavra "preferencialmente", que está na LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação). Porque o "preferencialmente" não é uma escolha de matrícula, ele não é para rede regular de ensino. O "preferencialmente" que está na LDB é para a educação especial. Então, o pai pode fazer a opção se quer levar para educação especial, ou seja, para o Centro Educacional Especial e não para a rede regular de ensino, que a gente tem visto aí – como bem mostraram as fraquezas –, que ainda é uma luta constante.

O SR. CLEMENTE DA SILVA JÚNIOR – Bom dia. Clemente. Estou usando óculos, blazer preto, por baixo camisa branca, estou usando relógio.

Eu vou ser bem breve. Sou graduando em Direito, nós prestamos assistência jurídica à AMA, essa instituição maravilhosa que vem desempenhando um excelente trabalho em prol dos deficientes com espectro autista.

Eu vou frisar aqui a Lei nº 12.764, que "Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos de Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (...)". E dentro dessa Lei, tem três direitos assegurados, são eles: matrícula na rede pública e privada; profissional de acompanhamento e plano educacional individualizado. Dentro dessa Lei também, no artigo 4, diz que "A pessoa com transtorno do espectro autista não poderá ser submetida a tratamento desumano ou

degradante, não será privada de sua liberdade (...) nem sofrerá discriminação (...).”.

Então, vamos lá. Como a nossa colega falou agora há pouco, leis nós temos várias, bastante. Mas será que elas estão sendo, realmente, colocadas em prática? Estão sendo efetivas? Essa é uma pergunta que fica no ar. Então, esse debate é muito importante para que a gente possa abrir as portas para a sociedade para que eles tenham acesso a entrar em uma instituição e ver como funciona, como é precário, como é difícil manter uma instituição como essa.

Venho acompanhando a AMA há algum tempo e vejo o esforço muito grande que eles fazem para manter a instituição. Eles fazem feijoada beneficente; eles fazem bingos. Então, é muito gratificante ver pessoas que estão engajadas em ajudar, em conhecer a AMA. E penso, que todos nós temos um compromisso com o próximo, em ajudar, em estar ali presente. Então, a AMA hoje vem tentando fazer, com maior luta, sacrifício, incluir essas pessoas com espectro autista. Nós temos uma grande carência na AMA com profissionais de pedagogia, profissionais da área, que fazem parte da AMA. E temos uma grande evasão também sobre essas pessoas. Como a Jeiele disse, essas crianças vão se tornar adultas. E será que elas vão ter capacidade de se manterem sozinhas? Essa é uma pergunta que fica, também, no ar.

Então, hoje, a AMA vem trabalhando, exaustivamente, na educação. E a AMA tem, também, um sério problema que é em relação à matrícula das pessoas. Têm muitos pais que procuram e a gente às vezes não tem como atender a todos, devido ao espaço físico que é pequeno e a gente tem essa carência.

Hoje, os autistas têm uma dificuldade tão grande. Os pais ficam à mercê de uma vaga, às vezes os filhos ficam em

casa, então isso é muito preocupante para a sociedade, para as famílias. E é isso. Encerro a minha fala.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado à Diretora Jeiele. Trouxe a AMA, que faz um trabalho social aqui na nossa cidade de Porto Velho, no Estado de Rondônia, trabalhando em parceria com os pais, com a sociedade civil organizada, com emendas. Colocamos à disposição, no próximo ano, que a gente possa estar fazendo uma parceria.

A gente tem contribuído com várias APAEs dentro do Estado de Rondônia e queremos ser parceiros também. Agradecer a participação do Dr. Clemente, está junto, na nossa associação. E que possamos ter mais pessoas da sociedade engajadas nesse trabalho que é feito.

Nós temos ainda três pessoas a serem ouvidas e, depois de ouvir essas pessoas, Heluizia, a apresentação que foi feita, que você fizesse uma participação, desse uma contribuição na fala representando a Seduc. Pode ser assim? Ok.

Eu gostaria de convidar a Juliana Volpi. A Juliana Volpi é representante da Asdevron (Associação dos Deficientes Visuais de Rondônia).

Por gentileza, Juliana.

A SRA. JULIANA PEREIRA VOLPI - Bom dia a todos. Meu nome é Juliana Volpi. Gostaria de, antes de fazer minha audiodescrição, agradecer pela audiodescrição de todos. Tenho baixa visão e, conseqüentemente, não consigo enxergá-los, então foi uma bela audiodescrição. Sou de pele parda,

estou com os cabelos lisos, levemente iluminados, blusa branca com um "V" em preto.

Quando eu participei da auditoria do Tribunal de Contas fiquei muito feliz, pois quando eu estudei eu não tive a oportunidade, sendo hoje representante da Associação de Deficientes Visuais de Rondônia. E também gostaria de parabenizar o Dr. Péterson, que eu não conheço, pois sou advogada e fico grata pela OAB também estar nessa representação. Gostaria de agradecer ao Tribunal de Contas, ao Deputado Cirone Deiró por essa iniciativa, porque eu não tive a oportunidade de ter educação inclusiva na minha época; e poder esperar que, no futuro, meus filhos, sobrinhos possam ter um acesso melhor à educação – oportunidade que eu não tive – é muito gratificante.

Falo como deficiente visual, que as escolas, hoje, têm um déficit muito grande para deficiência visual. Eu não conheço as outras deficiências, então eu não posso falar sobre elas. Mas, enquanto deficiente visual, eu sinto a falta do braile; eu sinto a falta da audiodescrição, que é muito importante para quem tem baixa visão; sinto falta do acesso. O acesso em uma escada, o acesso para entrar em uma sala. E hoje, eu nem estudo mais, mas ao ir em uma escola, visitar, buscar alguém que tem que buscar na escola, eu sempre vejo alguma coisa que falta, só na estrutura; quanto mais dentro de sala de aula, que foi uma das minhas maiores dificuldades, até durante o ensino superior, que foi outro grande desafio.

A gente pensa que é só no início, mas não; no ensino superior também enfrentei grandes barreiras, talvez até maiores. Mas, eu acho que uma das coisas que eu posso dizer é que eu fico grata por ver que existe, hoje, essa iniciativa que eu espero que não fique só no papel, porque a gente ouve muito sobre a busca, as leis – eu, como advogada, que conheço

as legislações, não vejo efetividade. E olha que eu tento me resolver o mais sozinha que eu posso, mas...

Até gostaria de dizer um "olá" para os participantes da Associação dos Deficientes Visuais de Rondônia que estão nos assistindo on-line, nesse momento, pelo YouTube, que eles não têm, eu não tenho, eles não têm esse acesso, não tiveram, seus filhos também não têm. Então, eu espero que essa Casa possa realmente buscar a execução dessas políticas públicas, não só discutir sobre elas, mas que seja levado na estrutura e também na forma de ensinar, porque isso vai abrir portas, não só para que exista um desenvolvimento maior dessas pessoas com deficiência, para que, como foi falado, não sejam acumulados em outros ramos, da Saúde e tudo mais, porque a Educação é a base. Se a gente recebe educação de forma adequada, conseqüentemente, nós vamos ser inseridos no mercado de trabalho de forma mais adequada.

Eu sofro e já sofri muito no mercado de trabalho por um déficit que eu tive na educação, e olha que eu estudei em escola particular, o que já foi um grande avanço, uma sorte que eu tive, mas nem todos nós que temos deficiência, temos essa oportunidade. Então, eu espero que realmente sejam executadas as políticas públicas que foram faladas, que a gente discutiu em auditoria. Parabenizar pela auditoria, que foi um aprendizado para mim também, que não conheço todas as deficiências.

Falar também das mães que eu conheci durante o período da auditoria. A minha mãe, eu tenho certeza, que se na época que era criança tivesse tido essa oportunidade, ela teria lutado por mim também, mas não existia isso na época dela, e hoje ela fica muito feliz de saber que existem mães que têm apoio, porque ela não teve. E é isso. Um bom dia a todos.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Dra. Juliana, pela participação. Juliana já esteve no nosso gabinete. E em tempo eu vou fazer minha autodescrição, Juliana, para que as pessoas com deficiência possam nos conhecer. Então, sou o Deputado Cirone Deiró, cor branca, pouco cabelo, barba, estou usando um terno cinza com gravata azul e camisa azul claro por baixo do terno. Estou fazendo minha autodescrição para que as pessoas com deficiência visual possam nos conhecer.

Eu quero aqui agradecer também a presença do Vereador Diogo Padilha, lá do Município de Novo Horizonte, que nos honra aqui com a sua visita. Obrigado pela presença.

De forma virtual, eu gostaria de convidar a Senhora Flaviana Tertuliana, do grupo das Mães Coragem, aqui do Estado de Rondônia. Flaviana que participou da Audiência anterior. E hoje está de forma virtual. Por gentileza, conecta com a Flaviana. Flaviana, está nos ouvindo?

A SRA. FLAVIANA TERTULIANA DE BARROS (Por videoconferência) - Estou.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Por gentileza. A palavra está com a senhora.

A SRA. FLAVIANA TERTULIANA DE BARROS (Por videoconferência) - Fazer minha autodescrição. Eu sou uma mulher branca, de cabelos ondulados; uso óculos cor vinho; estou usando uma blusa preta, que foi da nossa passeata, onde tem escrito "Educação inclusiva já: basta de enrolação.", do lado esquerdo o símbolo da ONU que representa

as pessoas com deficiência. Se não estiverem me ouvido, por favor, alguém me avise. É que eu, depois de quase três anos, peguei covid e estou naquele período ainda de sintomas, que estão me deixando meio sem retorno auditivo.

Primeiramente, eu quero agradecer ao Deputado Cirone, que sempre tem nos escutado, sempre tem nos ouvido, tomado para si algumas situações que a gente levou. Quero agradecer também a escuta que sempre o Ministério Público nos ofereceu, sempre escutando as nossas angústias, as nossas necessidades; e também ao pessoal do Gaepe, que sempre nos escutou, quando a gente estava passando pelas situações mais difíceis, que a educação inclusiva traz para as famílias das pessoas com deficiência.

Eu sou uma mãe que já está caminhando para a terceira década falando sobre inclusão, lutando pela inclusão. É muito gratificante e ao mesmo tempo muito triste, a gente estar aqui discutindo e ouvir, assim como todas as mães do Grupo Mães Coragem, nós estarmos ouvindo questões que já deveriam ter sido superadas. A gente sabe que a educação inclusiva, como o Deputado Cirone falou – que eu sempre falo –, é um assunto que não se esgota. E realmente é isso. Mas, é triste a gente ouvir alguns pontos como: a gente precisa esperar mais, a gente precisa organizar, a gente precisa iniciar algo que a gente deveria estar mais atento. Não, não é uma pauta, não é uma fala, não é um assunto.

Tratar da educação nem precisava ter essa separação, educação para os alunos com deficiência ou sem deficiência. A gente tem o Estatuto da Criança e do Adolescente, que já está caminhando para quarta década – mais de 30 anos –, e lá tem escrito que “criança é criança”; criança tem direito à educação; criança tem direito à saúde; à proteção; criança tem direito a se desenvolver. Isso não é só responsabilidade do Estado. Eu ouvi o Dr. Julian falando e guardei para mim.

E quero falar para todos aqui, que a gente sempre fala que é obrigação, responsabilidade dos familiares e do Estado, mas a sociedade é também responsável. Nós somos responsáveis por tudo aquilo que a gente deixa de oferecer, o que a gente finge não ver, porque não é comigo. É com o filho do vizinho. E se é com o filho do vizinho, eu não tenho nada a ver com isso.

Falar sobre uma pessoa com deficiência desde o seu nascimento até a sua velhice, e parece que também é um ponto que a gente esquece: pessoas com deficiência também têm vida longa. Eles vão para universidade; eles precisam entrar no mercado de trabalho; eles precisam envelhecer com dignidade. Mas, a gente acha que a pessoa com deficiência tem um limite de tempo nessa terra e a gente só frisa as questões até os 21 anos. Depois disso, o que acontece com ele? Também é outro ponto que a gente precisa colocar nessas discussões.

Outra coisa, muitos profissionais, na prática, estão se especializando apenas em algo exclusivo. "Eu faço uma educação inclusiva"; ou "Eu ofereço um tratamento para "x" patologia"; "Eu vou capacitar profissionais para "x" patologia"; mas quando esse profissional não tiver o aluno com "x" patologia, ele vai ter que se adaptar a trabalhar com as demais deficiências. Por que gastar tempo, gastar recurso com capacitações limitantes? A gente precisa também ter muito cuidado nesse oferecimento de capacitações para que esse profissional não seja exclusivo de uma patologia.

Agora, a gente tem um Estado que quando promove algo que é para solucionar, por falta de conhecimento ou por falta de coragem de pesquisar eu não sei o quê, comete um erro como a questão do RG, que deveria ser para as pessoas com deficiência. Isso iria ajudar o nosso Estado a ter a estatística de quantos são, me coloca a carteira de RG para os autistas, sendo que já existe a carteirinha CIPTEA

(Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista) que vai fazer essa contagem. Por que usar dois recursos, se limitando apenas a uma patologia e não a querer progredir, a querer conhecer, a querer de fato saber quem somos, quantos somos e o que precisamos? É como se a gente tivesse paralisada em apenas uma questão.

As questões precisam caminhar juntas, porque, afinal, a Lei Brasileira de Inclusão não exclui nenhuma patologia. Ela agrega todas. E a gente vem acompanhando crianças que são pouco citadas nas Audiências Públicas e em outras questões, que são as crianças que usam traqueostomia, as crianças que usam a bolsa, que usam sonda. A gente vem acompanhando uma família, que enfrentou a negação de matrícula, porque a criança tem "traqueo". E faz dois meses, quando eu cheguei em Porto Velho, eu tive que conversar com a escola sobre a questão da mãe ter que ir buscar a filha - quem usa "traqueo" sabe que existe a questão da secreção -, onde a escola não tem um profissional para fazer essa higiene, e sempre manda a mãe buscar a criança de volta para casa, por conta da falta desse apoio dentro da escola.

Então, se a gente for colocar muita técnica e muita coisa que está fora do alcance da população - que a gente está falando da população, aquela que não tem recurso nenhum. A gente está falando, é a gente está (**ininteligível**) que elas precisam é ter o acesso à educação inclusiva, mas não precisa de algo extraordinário, não. Se recebemos o básico da saúde; recebemos o básico da educação, com o propósito de fazer esse aluno se desenvolver, para que ele chegue a sua autonomia, para que chegue na faculdade, para que chegue no mercado de trabalho, a gente já vai mudar a vida de todo mundo. Agora, enquanto todos estiverem pensando em técnicas maravilhosas, em tratamentos magníficos, que lá nos Estados Unidos é perfeito, esse tratamento não vai chegar para quem

precisa, porque a gente não consegue oferecer o básico para esses alunos.

A gente está falando é do profissional, é da criação de cargos. A gente está falando é de ter uma equipe que tenha a capacidade de desenvolver essas crianças, de descobrir meios e ferramentas para que elas cheguem na sua autonomia; que elas consigam receber o que é de direito delas, que não é de favor. É simples de imaginar uma educação, a partir do momento do seu planejamento, e incluir a todos. Não vou incluir apenas os alunos com deficiência, todo mundo está lá com o mesmo objetivo. O objetivo é de aprender e se desenvolver. Então, precisa estar buscando mais meios, mais técnicas, mais sei lá o quê, para algo que está gritante. Só em Rondônia, eu já venho há dezessete anos, e a gente continua falando da mesma situação.

Na questão das instituições, eu tenho o meu coração e todas as mães no Movimento Mães Coragem, somos muito gratas e louvamos a todas as instituições, porque é com elas que a gente consegue o apoio maior. Muitas mães do movimento conseguem apoio na AMA, na Pestalozzi, na APAE, na Família Rosetta, na Unidos por Amor, porque sem eles o que seria dos nossos filhos? Aí seria um caos total, porque falar que tem criança na escola e que tem isso e que tem aquilo é bom, é maravilhoso. Agora, vai lá todo dia ou abre uma ouvidoria, uma rede lá para você estar escutando o que acontece na escola da mãe, da própria mãe. Escuta o que elas estão relatando, acompanhe essa criança, se realmente elas estão se desenvolvendo. Por que tanta criança na escola e por que tanta criança que não consegue ser alfabetizada? Todas as pessoas com deficiência têm a incapacidade de se alfabetizar? Eu acredito que não.

Eu acredito que falta é compromisso, mas é compromisso – como todos aqui já falaram – do início. A gente precisa

trabalhar essas crianças, antes. A gente precisa dar suporte para essa mãe, antes. Conhecimento. Fazer com que elas não desistam. Judicializar. Faz 8 anos que eu judicializo um tratamento para a Maria Clara, e ontem eu recebi mais uma vez a sentença: o Estado negou. E aí, tudo bem. São 8 anos buscando o tratamento que poderia trazer uma autonomia para a Maria Clara. Mãe, judicializa, não desiste, busque o direito da sua filha. Mãe cansa. Judicializar, às vezes, não é a solução. Judicializar, às vezes, é apenas mais um desgaste, mais uma frustração para quem é mãe atípica, para quem tem filho que precisa do tratamento urgente.

Então, se nós conseguirmos sair daqui, ou daqui a 5 anos, a gente estar recebendo crianças que realmente vão para a escola e tenham dentro do seu direito sagrado, todo o seu desenvolvimento, todo o respeito que eles merecem e ferramentas de acesso naquilo que vá desenvolver ele como pessoa, que vá desenvolver ele como cidadão, que vá desenvolver essas pessoas como profissionais do futuro, aí, sim, eu acho que a gente vai deitar e sentir que a gente fez algo que realmente mudou a vida dessas pessoas. Mas, por enquanto, eu hoje vejo que é tudo muito inverso daquilo que é a nossa realidade. Essa é a verdade. Muita técnica, muita coisa é oferecida – que nem precisava –, deveríamos estar focando no que é básico, no que é acessível e no que é disponível para 100% dos alunos com deficiência e não apenas está buscando algo que só venha a trazer recursos para poucos.

Agradeço a todos. E espero que a gente saia daqui com frutos e chegue realmente a quem precisa.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Flaviana Tertuliana, pela contribuição aqui junto a essa Audiência.

E com certeza os pontos que a senhora colocou aí, os nossos auditores estão aqui, anotando tudo, para que a gente possa realmente ponderar e atender naquilo que for possível.

Eu gostaria agora de convidar a Dra. Maiara Ximenes, Presidente da Comissão de Diretos Sociais da OAB/RO, para fazer uso da fala.

A SRA. MAIARA LIMA XIMENES TRENCH - Olá, bom dia a todos. Eu acredito que a OAB esteja em peso aqui, a Comissão da Pessoa com Deficiência. A Dra. Juliana Volpi, que eu conhecia já de ouvir falar, e agora a vejo.

É um tema muito tocante e acredito que a gente já avança muito. Não pude estar presente na primeira Audiência, mas estou aqui porque tenho amigos, colegas de classe que possuem filhos com deficiência. E como a senhora Flávia falou, a gente precisa fazer o básico. A gente fala de inclusão, e como é o ambiente em que essa criança, a pessoa com deficiência estuda? Como é que são as paredes? Como que é o banheiro? Será que ela se sente ambientada, acolhida? Como que é o tratamento do servidor público quando essa mãe chega, esse pai chega na escola para entregar o seu filho? Ele entrega o seu filho para o Estado, para o Estado educar, que é dever do Estado. E a humanização?

Vamos falar de humanização. A referência em nosso Estado em humanização, o Hospital do Amor. Lá, você se sente acolhido e amado, bem tratado, como humano. E a minha fala, meu ponto de fala é esse, de humanização. Paredes, ambiente, iluminação, treinamento. Como é que uma pessoa cega se sente? Vamos fechar os olhos? Como é que ela consegue chegar a sala? É desse tipo de inclusão. O básico. De legislação a gente já tem bastante. E, realmente, ir até o Judiciário brigar por

uma coisa que já existe, de fato, na legislação é triste. É triste, é desgastante.

E a gente precisa disso. A gente precisa só de fazer o básico. E o básico é inclusão, inclusão com amor, o tratamento do servidor público quando a mãe chega: "Nossa, que lugar. Que pessoas. Meu filho está em um bom lugar. Eu posso trabalhar em paz". É isso. É essa a minha fala. Esse é o meu ponto de fala.

O trajeto de trânsito. Será que tem inclusão? Será que quando a mãe entregar ali, deixar seu filho ali na escola, há rampa de acesso? Como que é esse banheiro? Como que é a merenda escolar? Meu Deus. É essa a minha fala na manhã de hoje. Muito obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Dra. Maiara. Obrigado pela participação, pela contribuição, de estar aqui. E com certeza será convidada a estar mais vezes.

E tenho levado esse tema às escolas em que eu tenho ido, eu tenho levado esse tema. Eu tenho convidado os professores para a gente estar discutindo. Foi falado aqui hoje, no diagnóstico que o Tribunal fez com os seus auditores também, a valorização do professor, do profissional. Então tudo isso nós precisamos estar discutindo trazendo à pauta, à baila o assunto. E os pontos, com certeza, nós vamos estar, juntamente com o Executivo, da Seduc, das Secretarias Municipais para que possamos encontrar soluções.

Gostaria, de modo on-line, de convidar o Dr. Flávio Henrique de Melo, Juiz de Direito da 3ª Entrância, membro da Comissão de Acessibilidade do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Por gentileza, conecte conosco o Dr. Flávio.

Está com a palavra o Dr. Flávio. O Dr. Flávio já participou acho que da primeira, em 2019, esteve aqui presencialmente. Agradecer ao senhor, por mais uma vez, estar aqui conosco. Está com a palavra.

O SR. FLÁVIO HENRIQUE DE MELO (*Por videoconferência*) - Obrigado, Deputado Cirone, na pessoa de quem cumprimento todos os presentes. Vou ser breve nas minhas considerações para deixar aqui uma contribuição em relação a tudo que foi falado.

Desde o princípio que eu venho trabalhando nessa causa tão relevante, importante, sensível a todos nós. Já expus publicamente a minha condição de pai - pai de uma criança autista - e de pessoa que trabalha voltado a buscar não só conscientizar, mas também efetivar esses direitos fundamentais das pessoas com deficiência. É preciso que nós enxerguemos que esses direitos, como todos já expuseram, estão muito bem já delineados na nossa legislação.

O Brasil é extremamente rico em todo o sistema de proteção, tutela e garantias desses direitos. Não se questiona esse aspecto. Nós temos diversas situações que afligem as pessoas com deficiência. E fazendo uma leitura a respeito de tudo isso, o Estado, a sociedade, a família, enfim, todos os envolvidos têm a responsabilidade solidária em relação à garantia desses direitos. Obviamente que a responsabilidade inicial é do Estado, porque ele detém a máquina e toda a estrutura e a prestação do serviço, seja de saúde, educação, enfim, de quaisquer outros.

Quando se fala em educação, nós questionamos primeiramente esse aspecto da inclusão. Eu nem vou me ater a falar as diferenças entre a educação especial e a inclusiva, que já foi muito bem exposto aí. Mas, tratando

especificamente da educação inclusiva, que é um desafio muito grande, sempre se questiona isso. Ao meu sentir, nós precisamos fazer uma leitura reconhecendo a legitimidade e tratar as pessoas com deficiência, que precisam dessa educação inclusiva, no aspecto da prioridade.

O artigo 9º da Lei Brasileira de Inclusão trata a pessoa com deficiência, seja qual for o seu diagnóstico, como uma pessoa com prioridade. Muitas vezes, pensa-se que a prioridade seja privilégio. Não é. A prioridade, para fins de inclusão, é você permitir que a pessoa com deficiência possa, tanto quanto qualquer outra, participar daquela sala de aula, participar das atividades da escola, conseguindo ali alcançar – ou pelo menos tendo a possibilidade de alcançar – todos os resultados que os demais alcançaram. Você não garante uma educação inclusiva se você não permite o uso das mesmas ferramentas ou das mesmas condições para que todos cheguem aos mesmos lugares, ou pelo menos possam, em tese, chegar. Isso é um princípio constitucional: o princípio da igualdade.

Mas, como fazer isso? Muito se fala, muito se discute a respeito disso. Eu tenho aqui, até abri aqui na internet, eu não eu não vou nem mencionar, mas eu já vi vários casos recentemente. Só para citar, a título de contribuição. Houve uma confirmação de uma decisão aqui no nosso Estado, relativo a fornecimento de merenda, adequação de banheiros, instalação de ar-condicionado. Houve decisão do ano passado, em relação à obrigação de contratação de educador para alunos especiais. Recentemente, teve uma ação civil pública também que obriga o Estado. O ano passado teve uma outra que obriga o município. Então, assim, nós temos duas premissas básicas. Primeiro, já há legislação suficiente. Segundo, aqueles pais, aquelas pessoas que não conseguiram, pelo Estado ou pelo município, alcançar a efetividade dos seus direitos,

judicializaram, seja pessoalmente, como direito individual, seja de forma representada aqui pelo Ministério Público.

E aí, essas demandas estão sendo confirmadas, ou seja, nós temos um direito já constituído e confirmado pelo Poder Judiciário. Agora, o que falta? Falta a efetivação. Mas ao efetivar isso, vai voltar naquele começo da minha fala: legitimidade e prioridade. Temos que pegar esses professores, fazê-los entenderem, por meio de treinamentos, qualificações, preparações da escola, desde as coisas mínimas a uma rampa, a acessibilidade para a pessoa com deficiência visual, pessoa auditiva, tudo. Isso envolve um refazimento de toda a nossa condição.

E nós aqui, também, do Poder Judiciário temos buscado fazer isso, temos passado por auditoria, temos buscado fazer ajustes internos que precisam ainda ser feitos também para poder sermos realmente acessíveis a todos, não só acessíveis no sentido de entrar no prédio, mas acessível de poder se locomover, de conseguir ler ou ter contato ou diálogo com qualquer pessoa que o judicionado precisa.

Então, eu creio que esse é o caminho, essa é a ideia que nós devemos ter em mente. E o Estado, muitas vezes, dispõe de recursos dentro do seu próprio corpo, para fins de mudança dessa realidade aí. Eu venho participando de diversos momentos, recentemente numa escola municipal, e algumas escolas estaduais também fazendo esse trabalho. Perante a Seduc, também, participei de vários encontros fazendo mensagens em relação a isso.

Mas, assim, a grande dificuldade começa na própria sociedade, que tem ainda um preconceito, um não reconhecimento: "por que o meu filho, às vezes, é tratado diferente na escola?". As pessoas, às vezes, não conseguem enxergar isso. Isso dificulta também a implementação, mas o

Estado tem que ser Estado, não é? "Olha, nós estamos falando em nome de todos. Então, a partir de agora, nós vamos ter professores para as crianças com algum tipo de dificuldade que precisam de apoio, precisam, realmente, daquela referência ali. Então nós vamos colocar aquele professor." Mas, não é colocar o professor de qualquer maneira. Tem que treinar, preparar, todos têm que estar envolvidos ali. É um trabalho de sensibilização. Esse trabalho precisa ter empatia.

Você não consegue trabalhar na educação especial ou na educação inclusiva se você não tiver empatia. Ninguém vai pela força, ninguém vai pela obrigação. O pessoal não vai fazer um trabalho de qualidade. Mas, eu acredito que as coisas vêm melhorando. Tivemos recentemente mudanças na Saúde, a ANS (Agência Nacional de Saúde) votou e conseguiu regulamentar a questão relativa à proteção do tratamento para as pessoas com autismo. Isso já foi, desde ontem, publicado nas redes sociais. Então, nós temos conseguido vitória graças a esses movimentos, essas ações pró-pessoa com deficiência.

Então, eu agradeço esse momento e me coloco à disposição, como sempre fiz, de todo o Estado de Rondônia, de toda a Assembleia, da Secretaria Municipal, Estadual, de todas as entidades, de todos aqueles que querem fazer um mundo melhor para as pessoas com deficiência. Obrigado a todos. Fiquem com Deus. E estamos prontos para a próxima. Até mais.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Dr. Flávio pela participação. O senhor sempre contribuindo conosco aqui, e a Casa do Povo está de portas abertas para que,

juntos, possamos melhorar e dar condições dos direitos das pessoas no Estado de Rondônia, da sociedade em geral.

Eu gostaria de cumprimentar aqui o Vereador Edimar Kapichi, lá da nossa cidade de Cacoal, está aqui presente; o diretor da escola do Riozinho, está aqui presente o professor Roberto; de toda a rede estadual; o Presidente da Autarquia Municipal de Esporte (AMEC), o Mão; todos que estão acompanhando, sejam bem-vindos à Casa do Povo.

Eu gostaria de convidar, de forma remota, logo após a Ana Rúbia, a Tércia. Eu deixei por último, um dos últimos, a Tércia, a Klivia, que têm bastante experiência para que elas pudessem ouvir de todos e dar a sua contribuição. Logo após, nós abriremos a fala para a Heluizia, que vai falar, e depois as pessoas que compuseram a Mesa que desejarem falar – o Dr. Péterson quer falar, os nossos promotores, aqueles que quiserem falar – estarão com a fala.

Teremos um *coffee break* para vocês reporem as energias, mas o tema é relevante, o tema é importante, é o momento de nós estarmos aqui discutindo esse assunto de relevância de pessoas com deficiência no Estado, porque Rondônia é um Estado que vemos o governo pregar que cresceu mais de 20% em plena pandemia. Mas o nosso Estado não é só feito de estrutura física, não é só feito de asfalto, de construções. Nosso Estado é feito de pessoas. E as pessoas precisam ter qualidade de vida, as pessoas precisam saber que seus direitos serão cumpridos.

Hoje, essas pessoas com deficiência têm os pais que podem ampará-los, mas querem saber como vão ser amparadas no futuro, que condições nós estamos dando? Então, esse trabalho que está sendo feito aqui pelo Tribunal de Contas. Com certeza vai ser um primeiro passo de suma importância para que, no futuro, possamos ter um Estado não só crescendo na

sua economia, como crescendo que as pessoas tenham os seus direitos cumpridos, que as pessoas se sintam com qualidade de vida e seus filhos, as pessoas que aqui moram acolhidas.

Então, gostaria de conectar, por gentileza, a Ana Rúbia, professora da rede estadual de ensino da cidade de Cacoal.

A SRA. ANA RÚBIA MENEZES BARBOSA (*Por videoconferência*)

- Olá, podem me ouvir?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Sim, estamos te ouvindo bem, professora. Pelo jeito, a senhora dispensou os alunos, não é?

A SRA. ANA RÚBIA MENEZES BARBOSA (*Por videoconferência*)

- É, estou no meu local de trabalho, é um prazer estar aqui. Ao longo de toda a Sessão, nós estamos conectados. Muito obrigada pelo convite.

Gostaria, de antemão, de agradecer ao nosso grande amigo e deputado, que conduz brilhantemente essa discussão em torno da educação inclusiva de Rondônia, o Deputado Cirone Deiró. Muito obrigada.

Eu sou Ana Rúbia, sou professora da rede pública estadual da educação, professora universitária também, mãe atípica, uma das líderes do movimento Mães Atípicas de Cacoal. Hoje nós somos 178 famílias reunidas em um grupo, em busca de resposta, de aceitação, de inclusão, de respeito, de escuta e especialmente de escolarização, que é a pauta para este momento que estamos aqui.

Diversas pessoas falaram durante a reunião, não vou me alongar porque muito já foi dito. De qualquer forma, eu gostaria de parabenizar os encaminhamentos que já foram feitos. Entender que existem direções desenhadas ou **(ininteligível)** muito mais tranquilo de se estabelecer uma linha. Como muito bem colocado por pais e profissionais do Direito e diversas outras áreas, legislação nós já temos em abundância, a nossa necessidade é emergente. Antes da pandemia, já havia uma angústia gigantesca em relação ao processo de inserção dos nossos filhos, efetivamente, na escola.

Quando a Dra. Flávia traz integração e inclusão, realmente nós estamos ainda discutindo o que é muito basilar. Do ponto de vista educacional, nós temos muito a avançar. Mas quando o Tribunal nos coloca que existem já direcionamentos relacionados a alguns riscos, prontamente visíveis, que, ainda que pareça óbvio, ainda não o era, então quando não se tem um censo, não se tem uma estimativa de quanto é preciso de demanda pessoal. Quando se fala em mediador e cuidador é preciso também entender que é preciso que diversos setores estejam integrados do ponto de vista de organização; porque equipe multiprofissional deveria ser também uma ponte para que as escolas pudessem caminhar.

Se eu penso que a Saúde não nos apoia, dificilmente eu vou conseguir trabalhar de forma digna uma criança que depende de recursos medicamentosos. Eu não posso exigir que os professores sozinhos, lá na ponta, que são as escolas, consigam atender toda a demanda que cada deficiência... **(ininteligível)**. Nós estamos falando de transtornos de desenvolvimento, de síndromes genéticas, de síndromes de diversas áreas, outras ainda não têm explicação científica. Nós estamos falando de distúrbios de diversas áreas, também mental, que são o que, por vezes, as famílias e as

profissionais também se sentem extremamente incapazes de lidar com algumas respostas que são muito bem apresentadas no ambiente escolar, que é extremamente estressante.

Do ponto de vista de comunicação, quando a gente consegue estabelecer contato efetivo entre aquele que seria o tripé social "saúde, educação e assistência social", talvez teríamos condições de caminhar; mas da forma que estamos, nossos filhos estão crescendo. São dois anos na pandemia e, em grande maioria, sem terapia, sem apoio, sem assistência, sem condição mínima de serem tratados como alunos, não só da rede estadual, mas de todas as instituições, sejam elas públicas, privadas e filantrópicas. Neste caso, estamos falando especificamente dos alunos matriculados nas escolas estaduais, mas não podemos segregar aqueles que também são parte de todo esse processo. **(ininteligível)**

Falando da realidade de Cacoal, nós estamos engajados, nós temos diversos setores empenhados, mas sem direção. Então, quando neste relatório apresenta que nós somos ainda um embrião, talvez ainda sejamos muito menos que isso, não é? Talvez **(ininteligível)** nós precisamos avançar muito. Nós temos pessoas na plenária extremamente capazes, mulheres em geral. Porque as mulheres, mães em geral, se empenham com afinco, porque sabem que os nossos filhos são uma extensão do nosso próprio existir. Então, nós queremos muito. Muitos pais, não em maioria, também desejam. Mas por onde seguir? De que uma maneira? Não existe condição cognitiva, social, econômica, suficiente para todas as famílias, ofertar o que é mínimo, que são as terapias. É preciso que o Estado nos assista. E esta Audiência deixa muito claro que nós não temos uma política **(ininteligível)**. Eu sei que a nossa Coordenadora do Estado de Rondônia, da educação inclusiva, está aí, inclusive é uma pessoa que tem se colocado à disposição. Sua presença aí muito nos agracia, a sua escuta

nos faz perceber o quanto o Estado está, neste momento, empático; sua presença aí reduz barreiras que foram construídas ao longo de anos.

A ideia, eu tenho certeza que também dos parlamentares e de quem está na plenária, não é apontar as falhas do Estado, mas é encontrar um caminho porque as crianças estão aí. Nós não temos mais tempo para apontar culpados. Nós precisamos de políticas efetivas, de forma urgente e emergente para que os nossos filhos tenham oportunidade, já que o meu também é um menino de oito anos, aluno de escola pública da rede estadual de ensino... **(ininteligível)** síndrome rara e também sob o espectro do autista não verbal, uma dificuldade de deslocamento absoluto. De qualquer forma, ele é doce, gentil, carinhoso, educado, dedicado e super disposto a aprender tudo.

Como muito bem o Dr. **(ininteligível)**, utilizando um recorte de sua fala, nos trouxe, que é preciso o atendimento prioritário. E a prioridade aqui – como bem posto, gostei demais dessa colocação – é “oportunizar”. Nós não estamos exigindo que as escolas alfabetizem todas as crianças, mas a Flaviana disse, “Será que nenhuma delas tem potencial para aprender?”

Tem uma outra discussão que também talvez seja importante levantarmos em uma outra Sessão, Deputado, que fala sobre a terminalidade específica. O que é a terminalidade específica, já que a LDB (Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) fala em “preferencialmente”? Precisam-se garantir as matrículas. Mas e a terminalidade específica, o que vem propondo? De que maneira isso vai... **(ininteligível)**. Nós não podemos **(ininteligível)** a terminalidade e garantir que outra instituição vai assumir. Nós precisamos que nossos filhos **(ininteligível)** porque foi reconhecido o direito **(ininteligível)** à permanência

(ininteligível) de unidade de escolarização. Que eles estejam inseridos; que nós, mães atípicas, possamos, sim, contribuir, ainda que não de forma acadêmica, porque nem todas têm essa capacidade do ponto de vista acadêmico, mas de qualquer forma todas estão aptas a dizer quais são os hiperfocos, as maiores necessidades, e de que maneira os meninos gostam de aprender. A partir daí, a metodologia deve ser desenvolvida pelas instituições de ensino.

Falar de processo avaliativo se torna um processo tão profundo, que neste caso nem cabia ainda falar sobre isso, porque nós não falamos ainda sobre **(ininteligível)**, sobre mediadores de aprendizagem, sobre acesso, sobre matrícula e quiçá sobre diagnóstico **(ininteligível)**.

Em Cacoal, nós estamos falando de aproximadamente 670 alunos, tanto da rede municipal de ensino, da rede pública estadual e das nove escolas indígenas que estão sob jurisdição da nossa **(ininteligível)** CRE/Cacoal (Coordenadoria Regional de Educação). Então, nós estamos falando de um público gigantesco e ainda não temos estatística.

Muitas famílias levam seus filhos para a escola e ainda não têm laudo. Então é preciso, efetivamente, correr. É preciso que esse momento, essa **(ininteligível)** não cesse. Nós temos muito o que **(ininteligível)**, mas também **(ininteligível)** estão crescendo e eles precisam de **(ininteligível)** ensino.

Gostaria de deixar meu abraço às minhas amigas que estão no plenário: a Klivia, a Flaviana. Nos conhecemos no Movimento Mães Coragem. Muito orgulho de tê-la como mãe **(ininteligível)** volta para Rondônia para continuar nessa luta. Quando eu ouço que Tércia está participando ativamente **(ininteligível)** saber que estamos sendo bem representados;

Flávia, do ONDA-Autismo (Organização Neurodiversa pelos Direitos dos Autistas), uma pessoa brilhante, também sempre nos defende; e, claro, todos os colegas de Cacoal que estão aí. Nós estamos à disposição. Precisamos, de forma inteligente, unir forças com o Ministério Público, Defensoria, todos os setores da Justiça, OAB, que sempre está presente. Cacoal constituiu uma Comissão de Defesa da Pessoa Idosa, da Criança e Adolescente e da Pessoa com Deficiência. Em favor dessas **(ininteligível)**, nós estamos aqui e precisamos discutir de forma urgente de que maneira que os nossos filhos serão assistidos na educação pública de Cacoal e do Estado de Rondônia.

Muito obrigada. Deixo meu abraço novamente, Deputado Cirone Deiró. Muito obrigada pela oportunidade e por ser uma pessoa empenhada nessa pauta.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Ana Rúbia. Leva o nosso abraço ao filhote Miguel, para que Deus continue abençoando grandemente você, que tem puxado a frente e engajado nessa luta junto com as mães da nossa cidade de Cacoal. O intuito aqui, Ana Rúbia, é esse mesmo, é de melhorar a cada dia com pessoas que se envolvem na causa, que buscam, que sejam solucionados alguns pontos. Nós estamos juntos nessa causa. Muito obrigado pela sua participação.

Eu gostaria agora de passar a palavra à nossa Dra. Tércia Brasil, analista de comportamento do Grupo Neurokind. Agradecer, Dra. Tércia, pela participação. Eu tenho participado, em alguns momentos, ali da discussão do grupo do Gaepe. A senhora sempre presente e trazendo para nós esclarecimentos, contribuindo com seu conhecimento para que possamos fazer um trabalho diferenciado aqui no Estado de Rondônia. Está com a palavra.

A SRA. TÉRCIA MARÍLIA MARTINS BRASIL - Muito obrigada. Bom dia a todos e todas e todes que estão aqui.

Eu me chamo Tércia Marília Brasil, sou psicóloga, especialista em análise do comportamento aplicada. Fiz mestrado em distúrbios do desenvolvimento na Universidade Presbiteriana Mackenzie e hoje atuo como diretora técnica no grupo Neurokind, aqui em Rondônia. O nosso grupo hoje se configura como o maior grupo privado de atenção à pessoa com deficiência, à pessoa com autismo, da região Norte. Nós atendemos a 240 crianças entre 12 meses e 14 anos de idade. Uso uma blusa rosa claro, com uma capa preta, meus cabelos são loiros e utilizo óculos de cor transparente, todo transparente. Sou mulher branca.

Bom, eu gostaria de começar minha fala agradecendo, de forma muito especial, ao Deputado Cirone. Agradecer de forma muito especial a Klivia e a Irene Braga, que não se encontra presente hoje, mas que foram as pessoas que me convidaram a fazer parte desse processo no início. Parabenizar essa primeira etapa da auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado. E eu acredito que muitas respostas já nos foram dadas a partir desse primeiro momento em que o TCE apresentou os seus primeiros resultados.

Eu gostaria de ratificar, primeiramente, a fala da Ana Rúbia em que ela coloca como fundamental o diagnóstico e os direcionamentos que o TCE deu, nesse primeiro momento. Eu queria fazer um parêntese aqui, para dizer para vocês – eu nunca havia exposto isso em lugares públicos ou audiências públicas –, o meu sobrinho João Pedro, que tem 13 anos de idade, hoje mora em Portugal. E hoje, ele está incluído em uma escola pública de Portugal da melhor forma possível. E eu me sinto muito honrada e muito feliz de fazer parte desse

processo inicial de mudança, porque nós trocamos a nossa criança sete vezes de escola, aqui em Rondônia, antes de minha irmã decidir ir embora morar em outro país. E uma das decisões, um dos motivos que norteou essa decisão de ela ir embora daqui, foi porque a gente não tinha inclusão para ele, nem na rede pública nem na rede privada de ensino.

Hoje, ele foi recebido, ele tem um plano de ensino individualizado. Em um mês, ele já tem toda a carga horária dele bem definida, professores auxiliares. E no contraturno escolar, dentro da escola, ele já tem lá na região de Setúbal, em Portugal, profissionais como psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais que fazem, hoje, um papel importante dentro da escola que ele frequenta. Não precisou nenhum psicólogo ser convidado, não precisou nem apresentar o laudo brasileiro. Eles observaram as dificuldades dele, atuaram imediatamente e criaram um plano que eles chamaram de Plano Emergencial de Ensino. E hoje, ele está muito bem, muito feliz. Ele detestava ir na escola aqui. Hoje, ele ama ir na escola lá. E isso tem relação com o que a colega falou sobre acolhimento, sobre respeito e responsabilidade com a família, com a criança.

E eu acredito que, quando o Dr. Flávio fala... também quero ratificar o que o Dr. Flávio fala sobre prioridade. Quando a gente fala que a gente tem uma sociedade preconceituosa, a escola deve ser o agente de mudança social. Eu posso não ter um centro de terapias, ou eu posso não ter um hospital, ou alguma coisa... a AMA (Associação dos Pais e Amigos do Autista de Rondônia), a gente não vai lá na no Baixo Madeira, nas regiões mais remotas, mais distantes. Mas escolas, a gente tem em todo lugar. E a escola deve ser o agente de transformação social, assim como foi na vida do meu sobrinho. Nós não precisamos que ele começasse a fazer terapias, que ele tivesse um diagnóstico para que ele pudesse

ser incluído. A escola fez um plano simples, sucinto e hoje ele é feliz.

Quero ratificar, aproveitando aqui também, a fala da Dona Flaviana, quando ela fala que a atuação do terceiro setor faz toda a diferença e isso é mais pura verdade. Se não fosse pelo terceiro setor, a gente não sabe nem o que seria das nossas crianças, hoje. E eu de elogiar aqui a atuação da AMA, do Movidos pelo Amor ao Autismo, do Instituto Cuidar & Desenvolver, da AMAVI (Associação de Pais e Amigos de Autistas de Vilhena), de todas as instituições que a gente conhece que fazem esse papel, que prioritariamente deveria ser do Estado.

Quando a gente fala de mudar uma sociedade preconceituosa, essa mudança social deve começar dentro da escola. Não só pelo presente, mas pelo futuro. Porque as pessoas que vão lidar com as pessoas com deficiência e com todas as minorias no futuro serão as nossas crianças, que elas vão crescer e elas que precisam lidar com isso no futuro e tomar decisões. Hoje, nós estamos tomando decisões. Mas, no futuro, quem tomará decisões serão as nossas crianças que hoje, estão dentro das escolas.

Nós temos, às vezes, peixes tentando subir em árvores e macacos tentando nadar. Nós temos muitos professores que estão dentro da educação especial, que não gostam de educação especial. E a gente tem muitos professores que estão dentro da sala de aula, que não gostam de sala de aula. Observem que, quando a Vanessa fala que a gente precisa de uma mudança de cultura organizacional macro, é justamente sobre isso que ela também está falando. Porque a gente precisa colocar as pessoas nos lugares certos. Nós temos pessoas nos lugares errados, onde elas não gostam de estar. E quando o Dr. Flávio fala sobre motivação desses professores, quando a gente fala de motivação por uma perspectiva científica, a gente não

está falando daquela motivação que a gente vê nas redes sociais: acorde, levante e seja feliz. A gente está falando de uma motivação que envolve fatores intrínsecos do ser humano. Aquilo que o motiva, aquilo que o move, aquilo que o faz fazer o que ele faz. E isso tem impactos diretos na vida das outras pessoas. Isso pode causar saúde mental, como pode causar sofrimento humano. Isso pode trazer mudança social, como pode trazer desgraça para a vida das pessoas. Porque as organizações são feitas de pessoas e quando a gente muda a estrutura macro, a forma de pensar o processo de inclusão – e mais uma vez eu ratifico o que o Dr. Flávio disse –, a gente coloca isso como prioridade, porque a nossa arquitetura precisa dar condições de igualdade para todas as pessoas. Então, a gente está falando de uma mudança de cultura macro.

Hoje, olhando para tudo isso que foi apresentado aqui, eu só consigo me ver na ponta, só consigo ver a história do meu sobrinho e eu só consigo me ver na ponta, dentro das escolas hoje com a minha equipe. Hoje, nós somos uma equipe de 110 pessoas dedicadas a cuidar de crianças que estão no espectro do autismo. Nós estamos dentro das escolas todos os dias. Então, todas aquelas constatações que foram feitas refletem exatamente a realidade daquilo que a gente vive todos os dias, dentro das escolas, e que as famílias atípicas vivem todos os dias dentro das escolas.

E eu acredito que, embora a gente tenha que fazer uma mudança macro, a gente precisa, a partir das próximas fases da auditoria, pensar em estratégias que sejam realmente efetivas. A gente precisa sobretudo, nesse momento, nós não precisamos esperar auditoria terminar, a gente precisa agora cobrar dos agentes públicos que levantem os gargalos que geram sofrimento humano para as pessoas. A gente precisa começar a olhar para os agentes públicos e dizer: “nós temos

leis e elas estão sendo descumpridas”, e descumprimento de lei é crime, e as pessoas precisam começar a ser penalizadas por isso.

A gente precisa pensar que estamos falando de seres humanos, de pessoas. Infelizmente, o autismo e as outras deficiências só se tornam uma pauta quando elas batem na porta da casa da gente, e não deveria ser assim. Porque tem muitas outras pautas como, por exemplo, o agronegócio, que não está batendo na minha porta, mas é prioridade de muitos deputados, é prioridade de muitos governantes, é prioridade de muita gente. Se eu estiver falando besteira e se alguém quiser discordar de mim, não tem problema nenhum. Mas tem muitas pautas prioritárias que também não são, não fazem parte das nossas famílias, de algumas pessoas que têm poder de decisão, mas fazem parte do diálogo do dia a dia delas o tempo inteiro. E não deveria ser assim.

Essa pauta é uma pauta que sempre foi dentro da política; que sempre foi dentro das instituições; que sempre serve para outras finalidades como, por exemplo, subvenções; como, por exemplo, conseguir no futuro financiamentos para alguma coisa. Então, eu tenho que ter uma política de sustentabilidade e responsabilidade social, para dizer que eu tenho. Mas, não que isso seja uma pauta prioritária. Sempre nós estamos lidando com uma pauta que é acessória. Nós só somos convidados para conversar quando existe o dia do autista.

Para mim, não é interessante vir aqui na Assembleia e receber uma homenagem como psicóloga, porque eu fiz diferença na vida de 240 crianças autistas, dentro do setor privado. Eu gostaria de ver diretores de escola e gestores públicos, Secretários e pessoas responsáveis pela educação especial, vindo aqui serem homenageados, porque fizeram um excelente trabalho para o coletivo. É isso que a gente quer ver. São

as mães, não é? Com certeza. E eu quero dizer para vocês que o meu compromisso é com vocês. Assim como é com a minha irmã. Eu poderia muito bem, estar lá no meu consultório, fazendo nada sobre isso, atendendo as crianças e fazendo o que a gente já faz, porque reconhecidamente a gente faz o que a gente faz muito bem. E uma coisa que me chamou atenção aqui na fala da Dona Flaviana, que eu também quero ratificar, é sobre a atuação simples que ela disse.

Eu quero dizer para vocês que a ciência traz respostas simples para situações complexas, e o TCE viu isso de perto. Eles viram um protótipo de uma clínica-escola bem pequenininha que a gente fez. Alugou uma casa, mais ou menos do lado da nossa clínica e a gente criou uma clínica-escola, em que a gente tem uma plastificadora, a gente tem algumas coisas, uma impressora colorida, alguns brinquedos, boa vontade. Estudamos para caramba para fazer essa escolinha e as crianças aprendem muito lá, todos os dias. Assim como a AMA também tira leite da pedra, a gente também tira, porque a gente recebe de plano de saúde, e quem é psicólogo sabe o que a gente precisa fazer para poder dar conta de fazer esse recurso render, para fazer alguma coisa de bom por quem precisa.

E se a gente tira leite de pedra, utilizando o recurso de plano de saúde e a AMA vive de doações, eu não entendo como que rios de dinheiro dentro da administração pública são tão mal aplicados assim. A gente está falando então de barreiras atitudinais. A gente está falando que a pauta da inclusão não é prioridade. Nós não temos então, declaradamente, uma política de educação inclusiva institucionalizada. E os senhores me desculpem, mas isso é um crime contra as nossas crianças e contra as famílias delas.

Então, eu acabei de receber uma sentença que a Klivia me mandou, que obriga as Secretarias, agora, até o dia 30 de junho, fazer contratação de professores, de pessoas para lidar com a educação, inclusive capacitá-los. Quantos profissionais, Klivia? Não sei, está ali.

A gente tem uma sentença aqui que tem 2 dias que acabou de ser proferida. Eu quero ver se a Seduc (Secretaria de Estado da Educação) e a Semed (Secretaria Municipal de Educação) vão recorrer dessa sentença. OK, senhores? Eu desafio a Seduc e a Semed, a partir de hoje, recorrer dessa sentença, como já recorreram, porque esse processo já tem anos que existe, é uma Ação Civil Coletiva, que a Dona Flaviana participou. Não recorram, cumpram o que deve ser cumprido, a partir de agora. Porque agora a justiça está mandando, o TCE já constatou, as mães estão cientes e nós vamos cobrar a administração pública, com muito mais afinco, a partir de agora.

Só isso que eu tenho para colaborar. Muito obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Dra. Tércia. A Dra. Tércia sempre muito atendida, sempre ajudando muito, tem participado aí junto com nossos auditores, é pesquisadora, professora. Gostaríamos de sempre contar com o seu apoio, para que possamos sim, evoluir. E concordo quando a senhora fala que sempre é uma pauta secundária. Discutem-se tantas pautas, e quando é para discutir pessoas, algum grau de dificuldade, sempre fica uma pauta secundária. Mas, nós estamos empenhados e com essa ajuda agora dos nossos técnicos, dos nossos auditores, do presidente, dos conselheiros, com certeza nós vamos avançar.

Queremos agora, passar a palavra à Presidente do Instituto Cuidar & Desenvolver, Klivia Meireles. Está com a

palavra a Klivia, que contribuiu muito para que eu entrasse em 2019, quando eu iniciei o mandato, na pauta das pessoas com deficiência aqui no Estado de Rondônia.

A SRA. KLIVIA MEIRELES - Bom dia. Inicialmente vou fazer a minha audiodescrição, em respeito às pessoas cegas e com baixa visão. Eu sou uma mulher branca. Eu tenho cabelos loiros, longos, lisos. Estou usando um terno preto com marcas de giz, uma camiseta branca com uma estampa preta, rosa que está escrito "a pauta é nossa".

Estou aqui muito grata pelo convite de poder acompanhar o resultado dessa auditoria técnica-operacional feita pelo Tribunal de Contas a pedido do Deputado Cirone Deiró, por quem tenho grande respeito, com quem já tive a oportunidade de trabalhar nesta Casa de Leis, auxiliá-lo. Me orgulho de dizer que, sim, fui a pessoa que trouxe essa pauta para o Deputado Cirone e ele abraçou muito bem abraçada essa pauta e continua desenvolvendo as ações que a gente começou lá em 2019, nesta Casa de Leis. Fico muito grata, Deputado, pela sensibilidade para com a pauta.

Parabenizar também a equipe técnica do Tribunal de Contas, que fez essa auditoria. Que agora nós temos documentado, Deputado, o que a gente já sabia há muito tempo. Eu sou ativista na causa da pessoa com deficiência, há mais de 8 anos. Então, eu já estive muitas vezes aqui nesta Casa, em Audiências Públicas, em Sessões Solenes.

E a fala da Tércia - talvez a pessoa olhe e fala "nossa, a Tércia está indignada" -, é que é o reflexo da inoperância do Poder Público, Deputado. Que infelizmente - falo isso em nível estadual, em nível municipal - existe uma dívida histórica com a educação inclusiva. E é uma conta que, infelizmente, tem se pago apenas o valor mínimo dessa fatura.

Tal qual um cartão de crédito, essa conta vai aumentando mês após mês. E resulta no que nós temos atualmente: crianças em casa sem ter o seu cuidador, sem ter um mediador pedagógico.

E aí eu chamo a atenção, inclusive, para um dos resultados desta auditoria, que revela a necessidade premente de contratação desse profissional, na verdade da criação do cargo desse profissional. E eu aproveito para lembrar que o Deputado Cirone, já encaminhou duas minutas com esse Projeto de Lei que altera a Lei 680, que trata do Cargo de Planos e Carreiras desses profissionais da Educação.

Então, o Governo do Estado tem posse dessa minuta com o Projeto de Lei, já que o Deputado Cirone não pode invadir a competência do Poder Executivo, que é criar cargos. É uma competência do Executivo enviar para esta Casa de Leis uma proposta que crie o cargo desse profissional, assim como também, fazer o estudo técnico, o estudo de impacto financeiro com relação à criação deste cargo. E isso deve constar também na LOA (Lei Orçamentária Anual), quando vier para esta Casa de Leis, que conste dentro do orçamento a necessidade de um recurso específico para essa finalidade. Porque não há educação inclusiva sem que este profissional faça parte do contexto educacional. Não tem como jogar essa responsabilidade para o professor regente da sala de aula. Ele não dá conta. Não dá conta de cuidar de todos os alunos e mais, às vezes, de três alunos com deficiência dentro de uma mesma sala. Eu falo isso porque eu já escutei relato de professor que fica desesperado porque realmente não sabe o que fazer.

E a gente vem para um outro ponto que foi também apontado aqui pelo TCE, que é a necessidade, quando eles fazem a análise de risco, eles falam da eventual mudança de governo e de uma eventualidade de parar tudo isso que já está acontecendo a partir dessa auditoria. Uma preocupação

muito pertinente, porque infelizmente não é uma política de Estado. Isso não está institucionalizado dentro do Governo do Estado de Rondônia, dentro das prefeituras dos nossos 52 municípios.

Infelizmente, quando muda a gestão, muda-se todo um curso do que já está sendo feito. E isso não pode acontecer. Então, ao que é bom deve-se dar prosseguimento. E isso deve estar dentro da política de Estado. Ninguém vai conseguir mudar.

Eu também aproveito para reiterar a fala da Jeiele, que trouxe uma apresentação belíssima do trabalho realizado pela AMA, que há mais de 21 anos está aqui no Estado fazendo um trabalho maravilhoso.

E dizer, deputado, que o terceiro setor precisa muito ser fortalecido. Precisa muito do olhar do Estado, de parcerias com o município. Porque, em tese, o trabalho que eles realizam é um trabalho que deveria ser realizado pelo Estado e pelo município. A demanda que eles atendem – e que inclusive existe uma demanda reprimida, quando a gente vê uma fila de espera de 200 pessoas na AMA –, isso também não é diferente na Pestalozzi, na Casa Família Rosetta, na Apae, nas demais instituições de ensino especializadas que preparam esse aluno para que ele seja inserido e incluído no ensino regular.

Então, o terceiro setor precisa sim, precisa de fôlego. Porque não é possível que uma Casa Família Rosetta para sobreviver precise estar fazendo feijoada todo final de semana, porque não recebe o recurso que poderia ajudar na implementação dessas políticas públicas e de utilização de um espaço muito bom que a Rosetta já tem. Da mesma forma que a AMA precisa de um terreno. Não tem um terreno ainda para funcionar. Então, percebe-se aí que, de fato, essas

instituições que auxiliam, que são braço do poder público, precisam sim, de auxílio. Precisam de socorro. Elas precisam respirar.

Deputado, eu agradeço muito a sua contribuição, porque eu sei que essa auditoria aqui é inédita. Ela aconteceu por intermédio do senhor. E eu sou muito grata por isso e me sinto muito orgulhosa de ter feito parte da sua equipe.

Eu não vou me alongar mais. Eu sei que, a partir dessa auditoria, as próximas fases, as fiscalizações acontecerão. E o empenho do Tribunal de Contas também em trazer o relatório para a gente com dados reais, a partir desses apontamentos e também a cobrança via Estado, via município, nós estamos caminhando para, sim, termos melhorias no sentido de uma educação inclusiva que atenda, de fato, a necessidade educacional dos nossos alunos.

É essa a minha fala. Eu agradeço a oportunidade.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Klivia. Klivia, que tem atuado há muito tempo nessas demandas, trazendo à baila essa pauta. Nossa gratidão, em nome das famílias, dos pais e mães atípicas aqui do Estado.

Queria também agradecer à toda a minha equipe, em nome da Edna Okobayashi, que tem nos ajudado. Depois da saída da Klivia, tem nos acompanhado nessa pauta. Em seu nome e toda a nossa equipe, os nossos agradecimentos.

Antes de eu passar para Heluizia... Eu já fiz duas indicações para o Governo de Rondônia, para o nosso Governador Coronel Marcos Rocha, a criação aqui dentro do Estado - se uma Secretaria for muito onerosa para o Estado, que seja pelo menos uma Superintendência das Pessoas com Deficiência, aqui no Estado de Rondônia. Em São Paulo, nós

temos uma Secretaria. Aqui, precisava criar pelo menos uma Superintendência, para ela dar esse suporte. Porque, na fala aqui dos profissionais, dos próprios auditores, nós sabemos que as pessoas com deficiência... nós vamos conseguir fazer a política pública, se nós tivermos um tripé: Educação, Saúde e Assistência Social. Então, nós precisamos ter um lugar aonde as pessoas têm referência para ir, para cobrar, e esse lugar determinar em parceria com as outras Secretarias. Que façam esse trabalho aqui dentro do Estado.

Então, eu quero aqui reiterar ao Governo do Estado de Rondônia, de ver a possibilidade de colocar na Lei de Orçamento do Estado, a criação dessa Superintendência, que é para que possamos realmente iniciar um trabalho com as pessoas com deficiência, dentro do nosso Estado.

E nós estamos em um ano eleitoral. Nós estamos em um ano em que os governos disputarão as eleições. Que no plano de governo dos nossos pré-candidatos ao Governo do Estado de Rondônia, que coloquem a criação, ou de uma Secretaria ou de uma Superintendência de Pessoas com Deficiência. Que seja algo que possamos implementar dentro do Estado de Rondônia, atendendo a sociedade rondoniense – mais uma vez eu vou repetir: atendendo a nossa sociedade. Nós precisamos dar atenção a essas pessoas aqui no Estado.

Então, fica a nossa sugestão aos pretensos pré-candidatos ao Governo, que possam colocar no seu plano de governo.

Eu gostaria de passar a palavra, representando aqui a Secretaria de Educação do Estado de Rondônia, representando a nossa Secretária Ana Pacini, à Heluizia, que vem com um pequeno efetivo cuidando do Núcleo da Educação Especial. Tem se desdobrado para fazer o melhor dentro do Estado. Acredito que, com o que foi apresentado aqui hoje, com as sugestões,

com o próprio trabalho que o Tribunal fez com seus auditores, vai ser remetido à Secretaria, com certeza. Que possamos aproveitar esse farto material que foi desenvolvido no Estado. Eu acho que, até antes mesmo da conclusão, mandar para que o Estado também possa pontuar algumas coisas, que o Presidente quer entregar no quarto trimestre – não é, Vanessa? Que possamos realmente fazer um trabalho diferenciado aqui dentro do Estado de Rondônia.

Heluizia, está com a palavra.

A SRA. HELUIZIA PATRÍCIA LARA MUNDIM - Bom dia a todos. Eu sou a Heluizia. Hoje eu estou como Chefe de Núcleo da Educação Especial. Eu sou professora, sou alfabetizadora, sou psicopedagoga. E estamos nessa luta. Em 2019, eu vim para a equipe, para somar.

Vou fazer a minha autodescrição neste momento: eu sou uma mulher baixa, os cabelos longos, pretos, com as pontas um pouco claras; hoje eu estou vestindo uma camisa branca com um terno verde.

Bom, vamos nos atentar ao que foi trazido aqui pela Dra. Vanessa, Deputado, que eu acho que hoje o nosso maior objetivo é conseguir compreender o que a Vanessa nos trouxe e o "como fazer".

Eu quero neste momento, enfatizar essa palavra "como". A Vanessa trouxe muitas situações as quais nós, enquanto Secretaria de Estado de Educação, já temos a consciência de que forma está acontecendo dentro das nossas escolas. Mas como resolver? Em 2019, quando eu cheguei, eu me assustei com algumas situações. Uma delas foi a situação dos Centros. Infelizmente, não estavam em funcionamento o CAP (Centro de Apoio para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual);

o CAS (Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez); o NAAH/S (Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/ Superdotação). E o porquê.

Nós tivemos uma fala aqui hoje, que nós não temos mais tempo de entender quem é o culpado e o porquê. Mas quando se trabalha no Executivo, é importante que você entenda o porquê aquilo aconteceu, para que não aconteça, o medo que nós temos: que no próximo mandato, a política pública que está sendo implementada, seja parada novamente. A história nos serve simplesmente para que a gente não caia no mesmo erro. É importante a gente saber disso. E a minha preocupação hoje, enquanto chefe de Núcleo da Educação Especial (NEE), é saber "como fazer", porque a situação é clara, deputado. Nós sabemos. Nós sabemos da necessidade de se trabalhar a formação dos nossos professores, a qual iniciamos lá em 2019. E sim, novamente, quem trabalha no Executivo e o senhor já teve essa oportunidade, o senhor sabe que não é de uma hora para outra, é um processo, é com muito trabalho, é com muita garra.

Nós sabemos também, a necessidade de capacitar os nossos professores para que eles saibam a forma de trabalhar e se fazer o planejamento individualizado do nosso aluno. É uma necessidade hoje dentro das nossas escolas, para fazer esse atendimento com os nossos alunos.

Contratação de servidores. Em 2019, nós já tínhamos assegurado na Lei Complementar 680/2012, a contratação de profissional de apoio cuidador, mas não existia nenhum critério para que esse profissional pudesse atuar. Essa foi uma das nossas preocupações. No núcleo no qual eu trabalho, nós trabalhamos com a parte pedagógica. A Secretaria é dividida e o núcleo trabalha com a parte pedagógica, nós temos o setor de RH, que faz as contratações. Nós criamos

esses critérios para esse profissional de apoio e estamos capacitando os nossos profissionais de apoio cuidadores dentro do Estado de Rondônia. E estamos fazendo também uma parceria com os municípios, para capacitar também esses profissionais de apoio dos municípios. Nós sabemos que há essa necessidade, também.

O Projeto Capacitando Cuidadores, dentro da educação inclusiva já se iniciou na cidade de Cacoal, deputado, que sempre é um exemplo para o nosso Estado. Já fizemos também em Pimenta Bueno. E acredito que vamos alcançar o nosso objetivo de capacitar 100% dos nossos cuidadores. Porque também é uma necessidade capacitar os nossos cuidadores, pois eles são contratados como técnicos e eles precisam dessa capacitação.

E a situação do professor auxiliar. Professor auxiliar, talvez, eu vou repetir toda uma situação que os senhores já sabem, que está dentro do Estado. Porém, eu gostaria de informar que esse levantamento está sendo feito pelo setor de RH da Secretaria, para que dessa forma pudéssemos saber qual vai ser esse impacto financeiro dentro do Estado para contratar esse professor auxiliar. Mas, voltando ao "como". Há necessidade de contratação. Como contratar? E depois da contratação, quem é esse professor? Qual a capacitação que esse professor vai ter? Então, são muitos detalhes que quem está trabalhando para executar tem que se pensar, para que a política pública seja executada com qualidade, não simplesmente em um papel.

Continuamos ainda, com a nossa maior barreira, que é a barreira atitudinal. Essa barreira deve ser quebrada com capacitação dos nossos professores e não só dos professores, mas de toda a escola. A escola quando é inclusiva começa desde o porteiro, de quem está recepcionando os alunos ali no portão da escola. E isso é um trabalho que nós temos

realizado, deputado, a capacitação dos nossos professores. São mais de 7 mil professores que devem ser capacitados dentro do Estado de Rondônia. Isso vai ser feito. Só que, como o senhor já falou, nós estamos em um ano político e muito há para se acontecer daqui para o ano de 2023.

Eu gostaria até de agradecer ao Dr. Flávio, que fez uma fala excelente, como sempre, tem ótimas colocações, que é um parceiro sim, da Secretaria e que tem nos ajudado nesse "como". Como sensibilizar os nossos professores; como sensibilizar as nossas escolas; como capacitar. E eu gostaria aqui de deixar o meu agradecimento, Dr. Flávio, por todo o seu apoio à educação especial dentro do Estado de Rondônia.

Eu acredito, deputado, e colegas aqui presentes, que nós estamos em um caminho. Um caminho que não é fácil, porque deixaram algumas barreiras durante alguns trabalhos que foram feitos anteriormente, mas cada dia é uma luta e nós estamos neste caminho para que isso melhore. E essa Audiência Pública e a auditoria, eu tenho certeza que vêm para contribuir na educação especial do Estado de Rondônia. E nós tivemos uma conversa, uma reunião com a Dra. Vanessa e foi uma das falas dela, que era importante que a Secretaria entendesse que eles estão de fato para contribuir com a educação especial.

Eu gostaria até de pedir desculpas, caso ofenda a alguém, mas eu gostaria de expor a minha fé. E eu senti que essa auditoria é resposta das minhas orações, porque existem alguns momentos, eu sou mulher - mas, não por ser mulher -, eu sou servidora pública, e, o papel o qual estou exercendo hoje, é um que as nossas forças se acabam. Porque há muitas coisas que não dependem da Heluizia resolver. É uma equipe muito grande. Aí, a gente entra novamente na barreira atitudinal, que deve ser quebrada, diariamente, dentro da Heluizia, enquanto pessoa; dentro da Secretaria de Estado da

Educação; dentro das nossas escolas, dentro da Assembleia Legislativa.

E eu creio que essa auditoria vem para somar, sim, para a melhoria da educação especial do Estado de Rondônia. O trabalho está sendo feito, Deputado, e, caso nós tenhamos uma outra oportunidade, eu gostaria de poder apresentar, inclusive, com valores que estão sendo investidos dentro da educação especial do Estado. Receber o convite para poder ter essa oportunidade de apresentar, em slide, para os senhores. Eu acho que isso é muito importante.

Nós estamos entregando - começamos há um mês atrás -, kits para as nossas salas de recursos multifuncionais. Porque também vimos essa necessidade de estar implementando as nossas salas com materiais pedagógicos. São mais de 50 itens para cada sala de recurso. São 211 salas de recursos que serão implementadas. Estamos com impressoras, também. Têm muitas ações que estão sendo feitas, que eu gostaria dessa oportunidade de apresentar para os senhores. Eu agradeço a oportunidade. Estou à disposição e gostaria também de contar com todos os senhores que aqui tiveram uma fala, muito importante, para que a educação inclusiva, na perspectiva da educação especial, não pare. E caminhe. Muito obrigada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, professora Heluizia. Nós somos gratos pelo trabalho que a senhora faz, pela sensibilidade que tem e, com certeza, essa auditoria com profissionais super capacitados, que o Tribunal de Contas tem, vai sim, ajudar a somar. A senhora pode contar com a Assembleia Legislativa. Naquilo que a Assembleia puder ajudar, estará ajudando, adequando leis; na questão dos profissionais, aquilo que precisar mexer no organograma da Secretaria, conte com esta Casa, com o nosso trabalho de

sensibilizar os colegas, para votar junto conosco. Que a gente possa, realmente, melhorar. E acredito, como a senhora acredita, que vamos evoluir, sim, muito, na educação especial do Estado, na educação inclusiva das pessoas com deficiência.

Eu gostaria de passar a palavra ao Dr. Pétersson, representante aqui da OAB. Estava à Mesa, conosco, e fará uso da palavra.

O SR. PÉTERSON HENRIQUE NASCIMENTO LIMA - Obrigado, Deputado. Mais uma vez, bom dia a todos. Vou fazer minha audiodescrição, novamente, para respeitar o protocolo. Sou uma pessoa branca, tenho aproximadamente trinta anos, estou com terno cinza, uma camisa social branca, uma gravata preta. Prometo ser rápido na minha fala, só alguns pontos. Estou tentando ser o mais técnico possível.

Mais uma vez, queria cumprimentar o Deputado Cirone e, também, cumprimentar o meu amigo de graduação, Auditor, Dr. Francisco Vagner. Estou muito feliz com a sua presença e também, estou muito feliz em saber que você está participando dessa auditoria. Eu sei da tua competência; eu sei da tua dedicação; eu sei que você é uma pessoa muito engajada naquilo que você se propõe a fazer. Então, sei que a equipe está muito bem estruturada e fica aqui meu voto de agradecimento, Vagner, e a todos os auditores presentes.

Eu separei alguns tópicos, bem rapidamente. Queria deixar isso registrado nos Anais da Casa e na Audiência, para, posteriormente, nós termos a comprovação de que isso foi falado em nome da Ordem dos Advogados.

Primeiro ponto, eu gostaria muito que essa auditoria deixasse muito bem delimitada, a diferença entre cuidador e mediador pedagógico ou professor auxiliar; e deixar isso

muito bem conceituado, nessa auditoria. E utilizem as pesquisadoras, os pesquisadores para auxiliá-los nesses conceitos, porque tem uma confusão acerca disso. Não tem um consenso. Até mesmo no Judiciário, não se tem um consenso sobre quem é esse profissional.

Então, gostaria de deixar isso muito bem claro. Que vocês utilizem os pesquisadores, os estudos de vocês, para deixar isso muito bem delimitado: que a função do cuidador em nada tem a ver com a função do mediador pedagógico. São duas funções diferentes. Muito embora, isso não esteja ainda regulamentado por lei, e aí vem meu segundo pedido, para que o Deputado Cirone, consiga, de alguma forma, colocar esse Projeto de Lei, que já está descrito aqui nesta Casa, para que seja votada a institucionalização desse cargo – com as conceituações, o que ele faz, o que ele não faz – para que nós, operadores do direito, tenhamos uma segurança jurídica para caso de descumprimento, para caso de não exercício dessas funções. Então, gostaria já de deixar esse pedido, que a Ordem faz, para o TCE.

O meu terceiro tópico é que, já muito foi falado sobre isso, mas que esses profissionais, ao adentrarem no serviço público, que eles tenham o treinamento adequado para isso. É um treinamento totalmente diferenciado, por ser uma função nova, então utilizar, inclusive, da própria Dra. Tércia, dos profissionais que já sabem como isso funciona, já têm o domínio técnico para poder aplicar esses treinamentos, porque, realmente, não tem como você cobrar de um servidor, de uma pessoa, algo para exercer, se ela não sabe exercer aquilo, não é? Então, eu entendo a atual situação do Estado, desses professores, por exemplo, que não têm. Você, na faculdade, eles não te ensinam como que você vai lidar com essas crianças. Então, assim, cabe ao Estado, neste momento, por meio de parcerias, por meio de palestras, de todas as

formas, que realmente, primeiro, explicar para o servidor público que são funções diferentes e explicar quais são as funções de cada cargo sobre isso. E eu acredito que delimitando essas diferenças a gente já vai ter um avanço na própria educação inclusiva.

Além disso, eu queria solicitar formalmente também esse planejamento que foi apresentado pelo TCE. Me coloco à disposição. O próprio Dr. Francisco Vagner - eu posso conversar com ele por meio institucional -, porque a apresentação desse planejamento vai ser utilizada como análise na nossa Comissão para apresentação do relatório final. Então, nós queremos comparar o planejamento apresentado com o relatório final para sabermos se, de fato, foi alcançado ali o objetivo. E caso não seja, a OAB vai obviamente fazer as ponderações com as devidas cobranças e providências.

E por fim, para finalizar minha fala, gostaria de ratificar o que nós conversamos, deputado, ali na antessala, sobre esse marco. O que nós estamos fazendo aqui, todos nós, a sociedade civil organizada, as entidades aqui representadas, os pesquisadores, os auditores, isso é um marco inicial de mudança da nossa educação. E todo marco inicial vai, obviamente, encontrar dificuldades e barreiras, porque o ser humano está sempre em uma situação de acomodação, de estar acomodado com isso. E toda mudança incomoda. E essa mudança além de necessária, ela é urgente, porque cada dia, cada mês, cada ano que essa criança, acaba sendo preterida no seu direito à inclusão, no seu direito a ter uma educação de qualidade, é um ano a menos de vida para essa pessoa.

Então, assim, mais uma vez gostaria de agradecer ao TCE. Eu sei que não é só essa demanda que o Tribunal de Contas tem, mas de toda a atenção que está se tendo com essas

famílias, com essas crianças. E mais uma vez, colocar a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Ordem dos Advogados do Brasil, na Seccional Rondônia, à disposição. Nós estamos à disposição não somente para fiscalizar o que está sendo feito, mas também para contribuir, porque eu também sou pai de uma criança com deficiência – meu filho Bernardo é autista, falei isso na primeira oportunidade aqui –, e eu sou um pai que vive isso todos os dias da minha vida. Então, isso é de extrema importância também para a minha vida e para a vida do meu filho.

Então, mais uma vez, ficam aqui esses registros. Estou à disposição, assim como todos vocês estão à disposição para tentarmos melhorar a vida da nossa sociedade, no âmbito da educação inclusiva. Muito obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Dr. Pétersson. Dr. Pétersson que participou da Audiência no mês de março, está aqui conosco novamente. É uma alegria tê-lo aqui, sempre contribuindo para que a gente possa fazer um grande trabalho.

E para encerrar os inscritos – depois vamos abrir, ver se tem mais alguém a falar –, queremos passar a palavra aqui para a Professora Cleidiane Segura. Cleidiane que é intérprete de Libras, é servidora desta Casa e tem a oportunidade de estar falando conosco.

A SRA. CLEIDIANE DA PENHA SEGURA DE MELO - Oi, bom dia. Obrigada pela oportunidade, Deputado Cirone, que está dando essa oportunidade para a gente. Não falando como a intérprete de Libras da Casa, mas falando como a professora de Libras

e participante e atuante da comunidade surda no Estado de Rondônia.

Meu primeiro contato com a pessoa surda foi em uma aula de língua portuguesa, no sétimo ano, em que aquela menina estava ali, ela nervosa, ansiosa, porque ela não estava aprendendo nada, e eu só oralizando, porque eu não sabia Libras. E até então, a gente não tinha intérprete na sala de aula. Hoje em dia, já existe a lei, não é? Hoje não, já tem um tempinho que a gente já tem a lei.

Então, assim, o que eu queria pontuar aqui seria essa questão mesmo da formação do intérprete, que hoje a gente tem um intérprete de Libras de nível superior, mestres, doutores. Então eles continuam a se especializar. E a gente tem um cargo, foi falado da Lei 680, e a gente tem o cargo a nível médio, nível técnico do intérprete de libras. Então, é algo que a gente precisa pensar, pontuar, porque não tem como um intérprete de nível médio, conseguir fazer interpretação simultânea de tantas disciplinas, conhecer tantas áreas, as quais ele precisa fazer essa tradução simultânea. Então, a gente sabe que quase não existe. Se for fazer uma pesquisa, já quase não existe mais. A maioria está ali já com nível superior, são mestres e estão executando uma tarefa de nível médio. Então, por causa desse entrave, eu esbarro na legislação.

Outra situação, é a falta de professor surdo nas nossas escolas. Eu também trabalho na escola bilíngue para surdos no município de Porto Velho, com as crianças surdas e a gente não tem o profissional surdo na escola. A gente teve um professor que tentou por várias vezes concurso, mas ele, como foi falado aqui, não é questão de preterir, de preferir a pessoa com deficiência, não. Mas, ele tem essa prioridade. Ele precisa ter essa prioridade e ele não tem tido essa

prioridade nos concursos. Então, o ouvinte entra, passa na frente dele e ele vai ficando para trás.

Nós tivemos um professor muito bom, conceituado aqui no município de Porto Velho, passou no concurso de Vilhena. Porque Vilhena priorizou. Ele colocou no concurso dois professores surdos para dar aula para alfabetização da criança surda. Então, é prioridade. Aqui em Porto Velho ainda não aconteceu. A gente pede. Eu sei que os surdos não estão aqui hoje, mas eu acredito que eles estão assistindo. A gente já viu ali que eles também estão acompanhando. Então, há necessidade de contratar professor surdo, porque é a questão da identidade. Eu dou aula para surdo, mas ele não me vê uma pessoa surda. Ele me vê sinalizando, passando toda a metodologia ali em libras, como um L1 para ele, L2, a língua portuguesa. Mas, ele se identificaria com uma pessoa surda. Então, a gente está perdendo muito nessa questão. Então, não está tendo igualdade nesse quesito.

Outra situação que a gente encontra, é que a gente tem uma escola bilíngue. É uma conquista para a Região Norte. São 7 anos da escola bilíngue aqui em Porto Velho. Foi a primeira na Região Norte. Porém, a gente não tem o transporte escolar específico para ela. Não sei como seria isso. Mas, a gente tem estudantes que estudam, que por exemplo, moram no Orgulho do Madeira, a gente tem pais que moram lá, a gente tem outros que estão ali no Cristal da Calama e a gente tem uma dificuldade imensa que esses alunos, por exemplo, eles vêm três dias na semana, dois, eles faltam. "Ah, não tem como, não tem combustível, não tem como levar". E alguns pais, infelizmente, alguns aqui, alguém citou, não lembro quem foi, falou da importância da família, desse acompanhar. E a família escolhe a escola que está ao lado da sua casa e coloca o filho dele, mais uma vez, em uma sala regular, sem intérprete, que não tem o intérprete; não tem professor

bilíngue, que também já é uma outra diferença entre um intérprete e um professor bilíngue; e coloca o seu filho lá. E ele, mais uma vez vai parar, vai perder.

A gente tem uma criança, recente aconteceu isso. A gente ficou muito triste. Nós ficamos, nós sentimos a falta dessa criança. Fomos atrás e descobrimos que ela está em uma escola regular, sem o professor bilíngue e sem o intérprete. Então, são situações. Acho que era isso mesmo.

E recentemente na escola também, uma professora - vocês sabem, uma professora ganha um salário, não precisa falar aqui -, mas está pagando R\$ 800,00 em uma escola privada para que o filho autista dela, estude. Não é falta de cuidador, como já foi falado. Nós temos cuidador na escola, mas não tem o professor auxiliar e infelizmente é o caso dele precisar. Então, ela está lá, vai lá, trabalha na nossa escola. Ela deixa o filho em uma escola particular, pagando R\$ 800,00. Era isso, obrigada pela participação e vamos embora, lutar e continuar que a gente vai conseguir alguma coisa a mais nessa área.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Cleidiane pela contribuição. Uma comunicadora dos surdos e quero pedir para minha equipe, para gente fazer uma Indicação para a Secretaria de Educação. A Secretaria tem atendido o transporte. Lá em Cacoal mesmo, o professor Bertino, a gente sempre tem demandado, ele tem disponibilizado lá, para atender as pessoas com deficiência, mesmo para a escola regular e para o CERNIC (Centro de Reabilitação Neurológica Infantil de *Cacoal*). Vamos fazer uma Indicação para que a Secretaria de Educação, nossa Secretária Ana Pacini, juntamente com a Coordenadora, com a Heluizia, a gente possa indicar que a Secretaria veja esses alunos que frequentam a

escola bilíngue, que precisam de transporte, para a Secretaria disponibilizar. Vamos fazer o possível para conquistar.

Agradecer, Cleidiane, mais uma vez a sua participação. Nós estamos nos finalmente, se alguém quiser fazer alguma consideração, algum apontamento.

Dra. Vanessa está com a palavra. A senhora só tem 40 minutos.

A SRA. VANESSA PIRES VALENTE - Não imagina, eu vou ser bem breve. Eu só quero agradecer a contribuição de todos que estiveram e que ainda estão aqui, e apontar que nós levaremos em consideração todas as falas, para finalizarmos a nossa matriz de planejamento.

Pontuar também, que a auditoria não acaba aqui. Nós temos a fase seguinte, de execução, que é de coleta de evidências, que vai culminar em um relatório, levado ao Plenário, que terá como resultado recomendações e determinações. No entanto, uma auditoria operacional só é efetiva com um plano de ação apropriado. Então, dizer aqui para a Heluizia, em nome da Seduc, que o Tribunal de Contas, hoje, tem ofertado nas auditorias operacionais e que vai fazer isso também, uma capacitação para elaboração do plano de ação, para viabilização da implementação de melhores práticas nesse sentido.

Então, eu quero novamente enfatizar que essa não é uma ação vertical, é uma ação horizontal, que estamos atuando juntos e quanto maior a colaboração de todos os atores, mais chances de sucesso a gente vai ter. Muito obrigada. Obrigada a todos.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Dra. Vanessa. Em nome do Presidente Paulo Curi; do Secretário Marcos, agradecer mais uma vez, nossos auditores; servidores do Tribunal de Contas; aos servidores daqui da Casa de Leis, as meninas da Taquigrafia - não param ali de escrever -, pessoal da imprensa; todos vocês que estão nos acompanhando.

Agradecer de forma especial, aos pais e mães atípicas, que acompanharam essa Audiência de forma remota; aos que estão aqui presentes; aos profissionais, todos vocês. Nosso abraço à Secretária, Ana Pacini; a todos os profissionais; as pessoas que estiveram aqui presentes.

Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo rondoniense, agradecemos a presença dos componentes da Mesa Diretiva; agradecemos a presença de todos que acompanham essa ilustre solenidade. Declaro encerrada a presente Audiência Pública e convido a todos, para tomarmos um *coffee break*, quase almoço. Obrigado, bom fim de semana a todos.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 12 horas e 56 minutos)

(Sem revisão dos oradores)